



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Ariane Oliveira de Sousa Torres

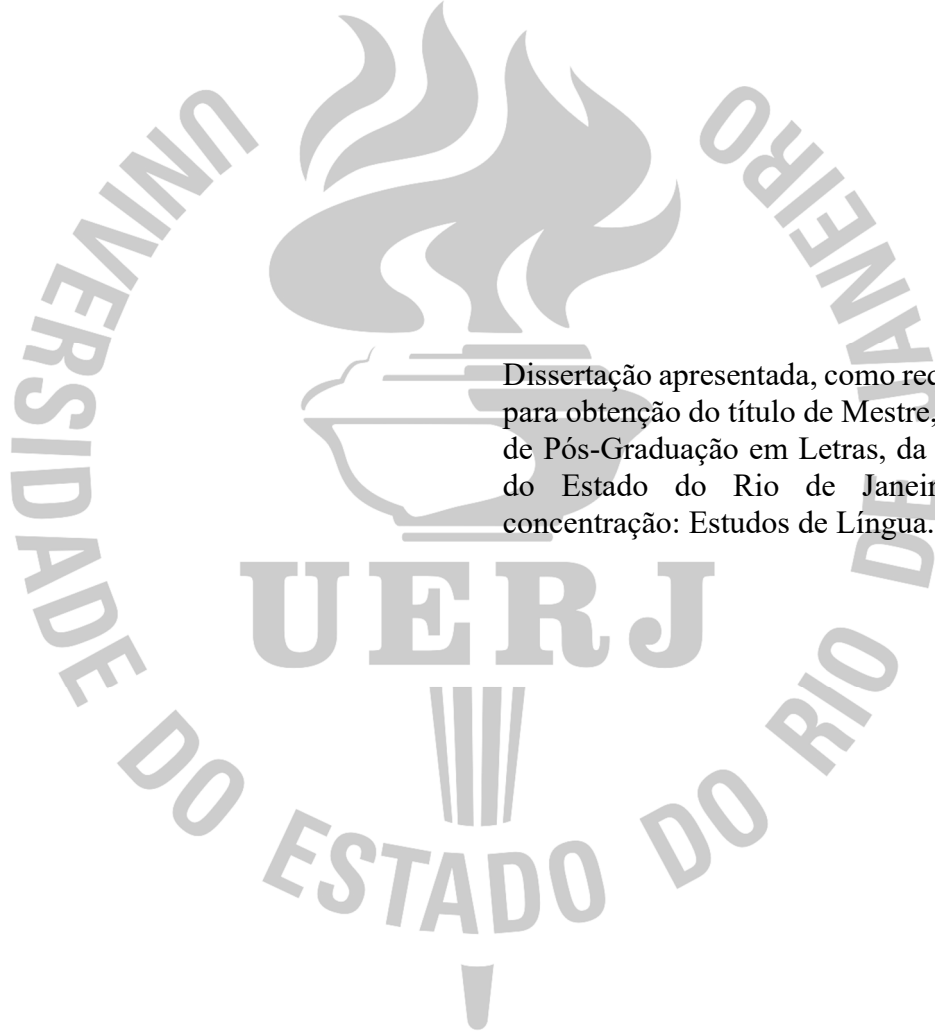
**Universidade pública, neoliberalismo e produção de subjetividade: uma  
cartografia discursiva da “crise da UERJ”**

Rio de Janeiro

2021

Ariane Oliveira de Sousa Torres

**Universidade pública, neoliberalismo e produção de subjetividade: uma cartografia  
discursiva da “crise da UERJ”**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Deusdará

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Giorgi

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

T693 Torres, Ariane Oliveira de Sousa.  
Universidade pública, neoliberalismo e produção de subjetividade: uma cartografia discursiva da “crise da UERJ” / Ariane Oliveira de Sousa Torres. – 2021.  
85 f.

Orientador: Bruno Deusdará  
Coorientadora: Maria Cristina Giorgi.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Teses. 2. Neoliberalismo - Teses. 3. Crises – Teses. 4. Análise do discurso - Teses. 5. Universidades e faculdades públicas – Teses. I. Deusdará, Bruno. II. Giorgi, Maria Cristina. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. IV. Título.

CDU 378.4:330.342.14

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Ariane Oliveira de Sousa Torres

**Universidade pública, neoliberalismo e produção de subjetividade: uma cartografia discursiva da “crise da UERJ”**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 12 de março de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Bruno Deusdará (Orientador)

Instituto de Letras – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Giorgi (Coorientadora)

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

---

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha

Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Fábio Sampaio de Almeida

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Rio de Janeiro

2021

## DEDICATÓRIA

Aos meus brotinhos,  
que chegaram e partiram, tão rápido quanto um cometa,  
mas me transformaram por toda a vida.

## AGRADECIMENTOS

Tantas pessoas me ajudaram nessa caminhada, cheia de obstáculos, mas também, cheia de afeto! Não foram fáceis os anos de escrita da pesquisa e, certamente, sem elas, eu não teria concluído esta etapa. Deixo, então, meus agradecimentos:

À minha mãe, que fez o impossível para que não faltasse o essencial para mim, amor, suporte, cuidado, tudo o que tornou possível eu chegar até aqui. Você é incrível e eu sou grata por ter vindo ao mundo como sua filha.

Ao meu pai, que me acompanhou em todas as etapas da minha vida escolar e, não acho que tenha sido por acaso, a última coisa que fez antes de partir foi ler no Diário Oficial a minha nomeação para trabalhar na UERJ. Queria que você tivesse visto minha formatura e que estivesse vendo a conclusão do meu mestrado agora...

Ao Gabriel, meu companheiro, que não me deixou desistir, aguentou minhas crises e me deu muito colo e muito esporto, para mostrar que eu era capaz. Eu sei que, do seu jeitinho, você sempre vai cuidar de mim. Amo você!

À Mariana Vargas, por ser minha amiga, minha irmã, minha comadre, por ouvir minhas angústias, por ser meu apoio em todas, TODAS as situações! Não consigo mais imaginar qualquer acontecimento da minha vida em que eu não tenha você para partilhar!

À Cristina Giorgi, por sempre acreditar em mim e tentar me mostrar que eu sou mais do que acredito ser. Nunca serei capaz de colocar em palavras o quanto eu sou grata pelo apoio que você deu, principalmente nos últimos dias de escrita. Obrigada por tudo, sempre! (E se precisar de alguma coisa, me liga!)

Ao Bruno Deusdará, meu orientador, por ser exemplo de muita luta e muito amor pela UERJ.

Ao Décio Rocha, pelos ensinamentos, pela generosidade, pela palavra amiga.

Ao Fábio Sampaio, pela fala mais generosa que eu já presenciei em uma banca.

À Ciça, pela escuta atenta e acolhedora, sem a qual eu não teria concluído esse percurso.

À Juliana Rettich, que tantas vezes me ajudou no processo de pesquisa e de escrita com a sua incrível capacidade de desnaturalizar nosso olhar para o que já está estabelecido.

Ao Gabriel Merlin, pela ajuda essencial nos ajustes finais da dissertação. Você vai longe, geniozinho!

A uma certa Panela, que na UERJ foi sempre tão companheira e, durante a quarentena, foi apoio, foi compartilhamento, foi risada, foi choro, foi muito amor! Tati, Filipe, Alê, Pri, Luana, Dandara, Roberta, Isabel – Ju, Gabriel e Cris, já citados – vocês são incríveis!

Por fim, agradeço à Educação Pública, por tantas oportunidades desde o início da minha caminhada em uma instituição de ensino. Sempre defenderei o ensino público e gratuito, porque se consegui chegar até aqui, foi graças a ele!

Sonho com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente; que contribui, no lugar em que está, de passagem, a colocar a questão da revolução, se ela vale a pena e qual (quero dizer qual revolução e qual pena). Que fique claro que os únicos que podem responder são os que aceitam arriscar a vida para fazê-la.

*Michel Foucault*



## RESUMO

TORRES, Ariane Oliveira de Sousa. *Universidade pública, neoliberalismo e produção de subjetividade: uma cartografia discursiva da “crise da UERJ”*. 2021. 85 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta dissertação busca discutir efeitos de sentido que o avanço incessante de uma racionalidade neoliberal vem produzindo nas discussões político-econômicas sobre universidades públicas, tendo como ponto de inflexão o período que ficou conhecido como “crise da UERJ”, nos anos de 2016 e 2017. Para isso, nos respaldamos na analítica da governamentalidade de Foucault (2008), para uma investigação dos procedimentos técnicos e formas de instrumentalização da dominação exercida pelo governo sobre os sujeitos e da capacidade que dispositivos governamentais possuem para conduzir o modo de agir dos indivíduos. Optamos, então, pelo posicionamento ético-político da cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 2011; PASSOS, KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015; ROLNIK, 2016), que privilegia as implicações do pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa, recusando uma perspectiva de ciência fundada em uma pretensa neutralidade; valoriza o próprio processo do pesquisar, em detrimento à comprovação de hipóteses; e possibilita o mapeamento das relações de forças que atuam na constituição de formas instituídas. No que diz respeito à linguagem – compreendida não como um mero instrumento de representação do real, mas sim um meio de intervir na relação do sujeito e seu entorno (ROCHA, 2006) –, nosso corpus foi construído por textos de opinião publicados em jornais digitais que tinham como tema a “crise da UERJ”. Como resultado, contrariando a hipótese inicial de que haveria duas formações discursivas (FOUCAULT, 2015) totalmente opostas, percebemos que há uma prática discursiva (MAINGUENEAU, 2008; FOUCAULT, 2015) neoliberal que perpassa todos enunciados analisados, sinalizando que, mesmo que na esfera macropolítica possa existir uma polaridade nos posicionamentos políticos, na esfera micropolítica, as subjetividades têm sido capturadas por uma racionalidade que busca, por meio da gestão financeira, hierarquizar e ranquear relações sociais pela produtividade, enfraquecendo as possibilidades de relações de trabalho pautadas na coletividade.

Palavras-chave: Universidade Pública. Neoliberalismo. Prática discursiva. Cartografia.

## ABSTRACT

TORRES, Ariane Oliveira de Sousa. *Public university, neoliberalism and production of subjectivity: a discursive cartography of “the UERJ crisis”*. 2021. 85 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This thesis aims at discussing the effects of meaning produced by the continual advance of a neoliberal rationale in political and economic debates on public universities, focusing on the period known as “the UERJ crisis”, in the years of 2016 and 2017. For this purpose, we have the support of Foucault’s (2008) analytics of governmentality to carry out an investigation on the technical procedures and forms of instrumentalization of the domination deployed by the government over subjects, as well as on the capacity of governmental apparatuses to direct how individuals should act. We have, therefore, opted for the ethical-political position of cartography (DELEUZE; GUATTARI, 2011; PASSOS, KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015; ROLNIK, 2016), which favors the researcher’s implications with their object of research, rather than a perspective of science based on a purported neutrality; values the process of researching, rather than the confirmation of hypotheses; and makes it possible to map relations of forces that act in the construction of instituted forms. In regards to language – conceived not as a mere instrument that represents the real, but rather as a means of intervening in relations between the subject and their surroundings (ROCHA, 2006) –, our corpus was constructed from opinion pieces, published in online newspapers, which had “the UERJ crisis” as their theme. As a result, going against the initial hypothesis that there were two opposing discursive formations (FOUCAULT, 2015), we noticed an overarching neoliberal discursive practice (MAINGUENEAU, 2008; FOUCAULT, 2015) through all analyzed statements. This suggests that even if, in the macropolitical sphere, there might be polarizing political positions, in the micropolitical sphere, subjectivities have been captured by a rationale that seeks, through financial management, to hierarchize and rank social relations on the basis of productivity, weakening the possibilities of work relations rooted in collectivity.

Palavras-chave: Public University. Neoliberalism. Discursive practice. Cartography.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	10
1 POR QUE FALO SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA .....	14
1.1 Como cheguei até aqui .....	14
1.2 Um pequeno resumo do que foi a “crise da UERJ” .....	16
2 CAMINHOS DE PESQUISA .....	20
2.1 A cartografia como posicionamento de pesquisa .....	20
2.2 O discurso como um rizoma .....	22
2.3 Contribuições da Análise do Discurso .....	24
3 PODER, NEOLIBERALISMO E CRISE .....	30
3.1 Racionalidade neoliberal .....	30
3.2 Estado e neoliberalismo .....	31
3.3 A analítica da governamentalidade de Foucault .....	32
3.4 Crise .....	34
4 A LEITURA QUE FIZ A PARTIR DE UM EMBATE DISCURSIVO .....	40
4.1 Contextualizando o corpus .....	40
4.2 Como os textos foram organizados .....	42
4.3 O que se diz sobre a universidade .....	45
O QUE PODEMOS FAZER COM ISSO .....	59
REFERÊNCIAS .....	62
ANEXOS .....	65

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Crise é uma de desestabilização das forças que, de certo modo, faz alguma coisa paralisar. Costumamos achar que ela é um momento de ruptura, a partir do qual se constituirá uma nova realidade. No entanto, o regime neoliberal a que estamos submetidos criou uma engrenagem de produção constante de crises: elas não significam uma transição para um novo modo de vida, elas são estratégias que fortalecem a racionalidade neoliberal.

Os movimentos de resistência às políticas neoliberais de governo costumam ser acionados quando tem um momento de desestabilização econômica. Foi o que aconteceu, por exemplo, durante a “crise da UERJ”, nos anos de 2016 e 2017. Graças aos desmandos do governo estadual, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro viveu dois anos de atrasos absurdos de salários e bolsas, corte de verbas e a ameaça do fim de uma das maiores universidades do país. Por causa disso, greves foram convocadas e uma série de atos em defesa da universidade pública – pois não era só a UERJ que estava em risco – tentavam expor à população a importância da instituição e a necessidade de sua sobrevivência.

Esses movimentos foram de extrema importância naquele período: o embate com o governo neoliberal é necessário para que consigamos, pelo menos, manter direitos políticos já conquistados. Mas dizer que aquele período é considerado uma crise só é possível porque o modo de vida neoliberal desconsidera todas as demais vividas na esfera micropolítica. Somente se fala em crise quando as desestabilizações acontecem na esfera macropolítica, mais especificamente na área da econômica. O que venho propor com este trabalho é que nós, que compomos o corpo da universidade, comecemos a voltar o nosso olhar a um outro tipo de embate que acontece cotidianamente.

Na universidade, todos os dias são produzidas crises. Quando um aluno não tem dinheiro para tirar cópia dos textos, é uma crise. Quando um professor exige um volume de leituras que é impossível para um aluno que trabalha dar conta, é uma crise. Quando um professor contratado deixa de receber o salário por problemas na burocracia da universidade, é uma crise. Quando professores efetivos precisam virar noites para dar conta de aulas, publicações e orientações para cumprir as exigências das avaliações a que são submetidos, é uma crise.

No entanto, a universidade aprendeu a olhar para essas situações como rotina e naturalizou suas crises internas a ponto de desintegrar as relações coletivas e separar a sua comunidade interna em “castas”. Só se reconhece um processo de desestabilização quando ele

vem de fora, chamando-o, assim, de crise. Quando há uma falha no que parte do governo para a universidade, existe a percepção da crise; quando essa falha está dentro de seus muros, naturaliza-se a situação. Ou seja, tal qual o governo neoliberal, que pauta suas estratégias em critérios econômicos, a universidade mascara suas ranhuras nas relações micropolíticas e só entende que tem dificuldades quando seu orçamento está ameaçado pelas decisões localizadas na macropolítica. A desvalorização da universidade, desse modo, está ligada ao modo neoliberal de gerir a vida, em que a mensurabilidade dos objetos e dos sujeitos está pautada em critérios meramente econômicos.

A academia não tem sido acolhedora, e precisamos rever o que fazemos dela como parte integrante do processo, não como algo externo. No mote da produção acadêmica em larga escala, as relações tornaram-se competitivas, baseadas na necessidade de se cumprir prazos, alcançar determinados conceitos, alimentar currículos. Nossos discursos e práticas estão reproduzindo racionalidades neoliberais quando mensuramos a importância da universidade através de notas, posicionamento em rankings, formação de mão de obra para o mercado.

O currículo da graduação em Letras na UERJ, por exemplo, prevê uma carga horária para licenciatura que muitos dos estudantes não conseguem cumprir. Eles optam, então, em cursar a licenciatura em uma instituição particular. É um ciclo que, mais uma vez, favorece ao neoliberalismo na educação, porque cria um mercado que se aproveita de uma “falha” da universidade pública: a ausência do olhar para as reais necessidades de seus alunos. Se a universidade pública quer realmente contestar os discursos que a coloca como elitista e mecanismo de desigualdades, ela precisa mudar os seus dispositivos de exclusão. É quando a comunidade acadêmica teima em riscar a palavra *política* de toda e qualquer prática dentro da universidade, que discursos que dizem que a administração deve ser não ideológica e não política ganham força.

O objetivo desta pesquisa não se manteve o mesmo ao longo do percurso. Pautada numa visão um tanto maniqueísta – ou, pelo menos, binária –, eu acreditava haver dois lados, com identidades bem definidas, que se confrontavam em embates discursivos. Um – o “mau” – era composto por representantes do Estado que atacavam a universidade para atingir o objetivo da privatização. O outro lado – o “bom” – era a comunidade uerjiana, que se reunia com o propósito de defender a universidade pública. O que eu buscava, então, era delimitar esses grupos e investigar como se construía esse debate e qual era o papel dele em relação às políticas públicas voltadas para o ensino superior.

Nessa hipótese, hoje, identifico pelo menos 3 equívocos: a crença de que a comunidade uerjiana seria, de alguma maneira, homogênea e estaria unida em um único propósito; a ideia

de que o embate discursivo envolveria apenas duas vozes; o pensamento de que os acontecimentos da crise eram motivados apenas pelo governo. Contudo, a leitura dos textos me fez notar que havia algo que os aproximava: uma voz neoliberal que embasava os argumentos dos dois lados. Meu objetivo passou a ser, então, discutir o avanço de uma racionalidade neoliberal que vem pautando as discussões político-econômicas sobre universidades públicas.

No primeiro capítulo, intitulado *Por que falo sobre a educação pública*, explicito os caminhos que me fizeram chegar até a produção desta pesquisa. Como uma espécie de análise das minhas implicações, apresento o meu percurso como aluna da escola pública para, em seguida, apresentar uma pequena contextualização do que foi a “crise da UERJ”. Certamente, o afeto que me moveu à produção deste trabalho foi a gratidão pelas experiências que a educação pública me oportunizou. Já a “crise da UERJ”, momento de extrema desvalorização ensino superior público e gratuito, produziu o desejo de buscar novos caminhos para defendê-la.

No segundo capítulo, *Caminhos de pesquisa*, aponto as contribuições teórico-metodológicas deste trabalho. Ao me propor trabalhar com o discurso, foi preciso adotar um posicionamento de pesquisa em que considero as implicações que me levaram a constituir meu objeto. Para isso, proponho uma discussão sobre a relação entre Cartografia e Análise do Discurso, explicitando o que entendemos como discurso e os conceitos que embasaram as análises deste trabalho.

No terceiro capítulo, partindo do pressuposto de que as políticas de governo voltadas para a universidade pública são formadas por alianças entre o Estado e o neoliberalismo, proponho uma discussão a respeito do modo como *Poder, neoliberalismo e crise* se articulam para atender os interesses do mercado a partir de medidas que em nada beneficiam a população. Para tanto, discutirei a maneira como essas políticas criam uma falsa ilusão de liberdade, mas, na verdade, criam mecanismos que se apropriam e conduzem condutas e processos subjetivação.

No quarto capítulo, explicito o processo de produção do cópuz, considerando não só o ponto a que cheguei, mas também as hipóteses iniciais que foram desconstruídas graças a um percurso metodológico em que eu, como pesquisadora, e meu objeto nos constituímos no próprio processo de pesquisar. Em seguida, a partir dos conceitos da Análise do Discurso – como prática discursiva, semântica global e polifonia –, apresento a análise do cópuz.

Ao concluir esta dissertação, não aponto a confirmação de uma hipótese e nem acredito ter encerrado o assunto. Ela é apenas um ponto no emaranhado de forças que constituem a rede discursiva no debate sobre a universidade pública. Ao fim e ao cabo, o que tento é demonstrar que estamos sendo capturados por uma racionalidade neoliberal que tem conduzido as nossas práticas discursivas na academia. Acredito que, ao sinalizar esse processo, posso estar contribuindo para a produção de novas formas de resistência que possam ressignificar as experiências dentro da universidade e fortalecer a coletividade com pressuposto primordial das relações de trabalho.

# 1 POR QUE FALO SOBRE EDUCAÇÃO PÚBLICA

## 1.1. Como cheguei até aqui

Sempre fui aluna de escola pública e minha história com essa instituição construiu, e tem construído, meus interesses, minhas relações, minha maneira de estar no mundo. Nasci e fui criada em Olaria, bairro em que moro até hoje, e estudei durante todo o ensino fundamental na Escola Municipal Presidente Eurico Dutra, no bairro da Penha. Foi a mesma escola em que meu irmão mais velho estudou e, como eu acompanhava minha mãe quando ela o levava ou buscava, algumas professoras já me conheciam quando eu me tornei aluna. No meu primeiro dia de aula, segundo minha mãe, minha empolgação era tanta que eu simplesmente disse “tchau, mãe!”, sem olhar para trás, e entrei na escola. Entre esse primeiro dia do jardim de infância e o último da oitava série, foram dez anos construindo relações não só com pessoas muito queridas com quem tenho contato até hoje, mas também com a instituição escola: foi na Eurico Dutra que eu me apaixonei por ela e decidi que queria ser professora.

Já no final do Ensino Fundamental, soube que havia um projeto que selecionava alunos do município para estudarem em um colégio do Estado que tinha convênio com o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ). Consegui que a escola indicasse meu nome para tal projeto e fui selecionada para fazer o ensino médio no Colégio Estadual Professor Horacio Macedo. Os alunos que eram selecionados faziam o ensino médio no Horacio Macedo e, a partir do segundo ano, iniciavam um curso técnico no Cefet/RJ. Eu fiz o curso de Turismo.

O Horacio Macedo era um colégio excepcional. Grande parte dos professores era muito comprometida, os projetos pedagógicos e culturais eram instigantes, os alunos gostavam de participar das atividades... Contrariava todas as expectativas que achatavam a educação pública como algo fadado ao fracasso. No primeiro ano, tínhamos uma matéria que era uma introdução ao que seria o ensino técnico para que, quando chegássemos ao Cefet já tivéssemos uma ideia do que encontraríamos. Tínhamos, também, aula de desenho técnico, já que muitos dos cursos técnicos que frequentávamos como opção precisavam de um certo conhecimento dessa área. As aulas de Filosofia, Sociologia e Artes daquela época eram memoráveis. Qualquer trabalho final, em qualquer disciplina, era motivo para criarmos uma peça. Lembro até que, no terceiro ano, fizemos uma peça para o professor de Matemática para a nota final do último bimestre.



Foram três anos em que eu passava mais tempo na escola do que em casa, de onde, por escolha minha, era difícil me tirar.

O curso de Turismo no Cefet/RJ começou quando eu já estava na metade do segundo ano do Horacio Macedo, o que a metade do meu Curso Técnico foi concomitante ao Ensino Médio; a outra metade, ao Ensino Superior. Foram três anos muito cansativos, mas muitos felizes também. Lá tive a oportunidade de conhecer lugares que não conhecia através de viagens técnicas e tive minha primeira experiência de trabalho com o estágio obrigatório do curso, que fiz dentro do Cefet mesmo. Entrei no Turismo sabendo que não seguiria a carreira, porque já queria fazer Faculdade de Letras, mas as oportunidades que esse curso me deu, assim como as pessoas que conheci através dele, foram fundamentais para me tornar o que sou hoje.

Sobre o Horacio Macedo e o Cefet, preciso ressaltar que em 2013, lamentavelmente, o convênio entre as duas instituições acabou. Até hoje o Horacio Macedo, que formou com excelência inúmeros estudantes, não tem um local próprio e foi reduzido a poucas salas em prédio emprestado no *campus* Maria da Graça do Cefet/RJ, estando, desde então, sob ameaça de despejo. A morosidade do governo do estado em tratar dessa situação ameaça a história daquela que já foi, por diversos anos, uma das melhores escolas estaduais do Rio de Janeiro. É mais uma demonstração do descaso das autoridades com a educação pública em nosso estado.

Ao final do Ensino Médio, prestei vestibular e fui aprovada para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Comecei o curso de Letras em 2008 e, desde então, não saí mais dessa universidade. Como aluna, fiz a graduação, uma especialização em Literatura Brasileira, o mestrado em Linguística e iniciei uma segunda graduação, também na área de Letras. Fazendo aqui esta retrospectiva, lembrei que minha relação com a UERJ não foi tão intensa logo de início, como nas outras instituições pelas quais passei. Talvez por ainda estar cursando o técnico e fazendo estágio ao mesmo tempo, e chegar muito cansada à universidade. A questão é que minha relação com a UERJ foi sendo construída aos poucos.

Um dia, em 2010, minha mãe foi a uma consulta na Policlínica Piquet Carneiro e viu um cartaz falando do concurso para assistente administrativo da UERJ. Eu não tinha planos de tentar concurso público naquela época, fiz pensando que, caso passasse, seria prático trabalhar no mesmo lugar em que estudava. Quando saiu o resultado, eu era monitora de um colégio em que eu adorava trabalhar e fiquei em dúvida se valeria a pena trocar um trabalho na área do magistério por um cargo administrativo. Decidi assumir o cargo e, em 2011, eu me tornei funcionária da UERJ.

Antes de fazer a prova para o mestrado, frequentei, como ouvinte, as aulas dos Professores Décio Rocha e Bruno Deusdará na Pós-Graduação em Letras, da UERJ. O ano era

2017, o mais crítico da “crise da UERJ”, quando professores e funcionários estavam paralisados e, em quase todas as unidades, apenas os cursos de pós-graduação estavam funcionando. A aula ia até nove horas da noite e saíamos da sala com corredores vazios, cantinas fechadas e apenas um ou dois elevadores funcionando. Para quem estava acostumado com a movimentação do décimo primeiro andar, um dos maiores em número de estudantes da universidade, além do medo, aquele vazio trazia indignação. Sabíamos que o cenário seria outro se o governo do Estado do Rio não estivesse atrasando verbas para a manutenção, os salários dos servidores e as bolsas dos estudantes. A paralisação das atividades não era uma opção naquele momento, não era somente uma greve por melhores condições de trabalho: a comunidade uerjiana estava impedida de estar em sua própria casa por escassez de recursos.

## **1.2. Um pequeno resumo do que foi a crise da UERJ**

Nos últimos anos, os cortes nos investimentos direcionados às Universidades têm comprometido a qualidade de ensino e o avanço de pesquisas no Brasil. Durante os anos da grave crise que atingiu a UERJ, houve atraso no repasse da verba de custeio, fazendo com que suas dívidas chegassem aos milhões, prejudicando seu funcionamento por falta de manutenção e segurança, o que acabou tornando-a símbolo do abandono e do descaso do governo com a educação. Além disso, técnicos administrativos, professores e bolsistas sofreram constantes e absurdos atrasos de pagamento, assim como programas de pesquisa, tão importantes para o avanço científico não só da Universidade, mas do estado como um todo, foram afetados pela falta de verba que também atingiu as agências de fomento, como a FAPERJ.

Impossível não notar a falta de comprometimento do governo e de grupos dominantes em investir em educação, ciência e tecnologia. No caso da UERJ, por exemplo, o repasse, em duodécimos, de 6% da receita tributária líquida do estado, garantido pela constituição estadual, nunca foi cumprido. E é aí que ganham ainda mais forças os discursos que afirmam que o ensino superior público é muito caro e que medidas como filantropia, cobrança de mensalidade ou parceria com o mercado são necessárias. No entanto, como afirma Marilena Chauí, seria uma falácia afirmar que isso garantiria igualdade de condições:

a cantilena ‘os ricos devem pagar pelos pobres’ significa, em primeiro lugar, que os ricos são vistos como cidadãos (pagam impostos e mensalidades) e os pobres não (mesmo que saibamos que, neste país, os ricos não pagam impostos); em segundo lugar, que a educação não é vista como um direito de todos, mas como um direito dos ricos e uma benemerência para os pobres; em terceiro lugar, que a cidadania, reduzida

ao pagamento de impostos e mensalidade, e o assistencialismo, como compaixão pelos deserdados, destroem qualquer possibilidade democrática de justiça. (CHAUÍ, 2001, p.181)

Os anos mais críticos da “crise da UERJ” foram 2016 e 2017, contudo, já em 2014, a universidade apresentava sinais do que estava por vir. Neste ano, os primeiros a sofrerem com atraso de salário foram os funcionários terceirizados que, em protesto, paralisaram seus serviços. A solução encontrada pelo reitor em exercício, à época, foi antecipar o recesso acadêmico, como tentativa de amenizar os efeitos de uma dívida de mais de 20 milhões de reais com fornecedores e empresas terceirizadas.

No ano seguinte, mais uma vez os terceirizados foram os primeiros prejudicados. Por volta de setembro de 2015, o pagamento de seus salários foi praticamente suspenso, situação que se arrastou por 2016, fazendo com que, mais uma vez os serviços de limpeza e manutenção fossem paralisados. Além disso, dada a gravidade da situação desses funcionários, que trabalham nas áreas de segurança, limpeza e manutenção, foi preciso que a comunidade acadêmica realizasse mutirões de arrecadação de alimentos para doação para estes trabalhadores.

Nesse período, professores e técnicos administrativos ainda não tinham sofrido nenhum atraso de salário. Alguns acreditavam que não seriam atingidos, outros já começavam a demonstrar preocupação. Não demorou muito, as preocupações se mostraram fundamentadas: em 2016, o estado deixou de repassar parte da verba destinada à Universidade e começaram os atrasos de pagamento das bolsas estudantis e dos salários de professores e técnicos. Foi neste ano que o Governador em exercício Francisco Dornelles assinou o Decreto nº 45.692, que estabelecia o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira do Estado do Rio de Janeiro. Importante ressaltar que tal decreto tinha como objetivo honrar os gastos com os megaeventos daquele ano, Olimpíadas e Paraolimpíadas, e lugar de reestabelecer a normalidade do pagamento dos servidores.

O ano de 2017 foi o mais crítico da crise, havendo períodos em que os servidores tiveram quase quatro meses de salários atrasados. Foi lançado, então, o regime de recuperação fiscal, em que o Estado deveria cumprir determinadas exigências da União para conseguir um empréstimo e desafogar as contas. Foram colocados em jogo a privatização da CEDAE, o fim dos restaurantes populares, o aumento da contribuição previdenciária dos servidores e outras tantas medidas que fizeram o conjunto desses procedimentos ficarem conhecidos como “Pacote de Maldades do Governo do Estado”. Nem tudo foi aprovado pela Assembleia Legislativa,

porém, mais uma vez, uma crise provocada pela priorização de interesses do mercado teve como lado mais prejudicado a população.

Muito se questionou sobre as medidas econômicas do governo do Rio naquela época. Como explicar, por exemplo, isenções fiscais a empresas que ofereciam pouco retorno ao estado se não havia dinheiro nem para o pagamento de salários? Daí a possibilidade de contestar o termo “crise” como algo espontâneo, que acontece independente das ações do Estado: a “crise” foi produzida por interesses de um governo que utiliza estratégias neoliberais para cumprir interesses do mercado, pois

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. Na universidade pública ele significou que as debilidades institucionais identificadas – e não eram poucas –, em vez de servirem de justificação a um vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial (SANTOS, 2011, p. 18).

Durante aquele período, o que estava acontecendo com a UERJ era visto como um “ensaio” para as demais universidades públicas do país. Como sabemos, o tempo confirmou essa tese: pouco tempo depois, houve uma intensificação dos ataques ao ensino superior como forma de abrir caminho para projetos de privatização. Além dos cortes e congelamentos provocados pelo governo, os ataques diretos à imagem das universidades e ao modo como a verba que elas recebem é administrada tornaram-se mais constantes e agressivos. O que acontecia na UERJ, então, não era apenas o maior símbolo da falência do estado do Rio; era, também, o princípio de um dos maiores ataques às universidades públicas que já se vivenciou.

Em 2016 e 2017, a UERJ estava nos noticiários, nas capas dos jornais e era um dos assuntos mais comentados nas redes sociais. Uma enxurrada de textos, todos os dias, não só mostrava a situação em que estávamos, como também criava uma verdadeira arena de batalhas discursivas em torno de questões como “de quem é a culpa pela crise?”, “por que a universidade não está funcionando?”, “o governo enviou a verba, como esse dinheiro está sendo administrado?”, “por que o governo continua concedendo isenções fiscais a empresas privadas?”, “a universidade precisa encontrar outras formas de financiamento”, “a universidade deve ser pública e gratuita”. Parecia ser necessário que uma das maiores universidades do país justificasse sua própria existência para que pudesse se manter viva.

Sabendo que a linguagem não apenas representa uma dada realidade, mas também *produz* realidades e nelas intervém (ROCHA, 2006), percebi que tais textos não eram apenas uma narrativa ou representação da crise, eles eram responsáveis por produzi-la, pois não só

desenhavam o que era – ou deveria ser – uma universidade e os elementos que compunham aquele momento de desestabilização político-econômica, como, também, eram mecanismos de produção de subjetividades. Neste ponto é importante dizer que este trabalho é fruto das minhas implicações como uerjiana que viveu a experiência da crise nos papéis de aluna e servidora. Que viu os ataques à universidade, sentiu seus efeitos e percebeu que aquilo que o debate da mídia apresentava, muitas vezes, não correspondia ao que estávamos experimentando: o sintagma “crise da UERJ” não dá conta de tudo o que foi vivido naquele momento.

Trazer à tona essa implicação faz parte de um posicionamento como pesquisadora que nega qualquer neutralidade diante da produção deste trabalho e entende que a constituição do meu objeto de pesquisa se dá no mesmo processo em que eu me constituo como pesquisadora. Aguiar e Rocha afirmam que “estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc.” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 656). O modelo de ciência tradicional concebeu a ideia de que, para que determinado saber seja considerado científico, o pesquisador deve ter um olhar distanciado de seu objeto de pesquisa e seu trabalho deve ser neutro. No entanto, o que pretendo aqui é fazer da problemática inicial o começo de um caminho a outras formas de resistência.

Foram de todas essas vivências que vieram minhas inquietações. A escola pública sempre me afetou de forma muito intensa e eu vivia cada uma das muitas possibilidades que ela me oferecia. Sou fruto da educação pública de qualidade a que toda brasileira e todo brasileiro deveria ter acesso, e, por isso, senti a necessidade de produzir uma pesquisa que, de alguma maneira, pudesse ajudar a encontrar maneiras de defendê-la. A escolha do tema desta pesquisa está impregnada de sentidos e sentimentos.

## 2 CAMINHOS DE PESQUISA

### 2.1 A cartografia como posicionamento de pesquisa

Por tudo o que escrevi até aqui, não fazia sentido, para mim, tratar meu objeto de pesquisa com neutralidade. Pesquisar, como ato ético-político, significa subjetivar-se constantemente durante todo o processo. Os afetos que me moveram à produção desta dissertação se construíram não só antes, mas também ao longo do mestrado: nas reuniões do grupo de pesquisa, no meu trabalho, nas sugestões de colegas, enfim, não havia como apagar isso. Para dar passagem a essas implicações, adotei perspectiva cartográfica de pesquisa.

A cartografia valoriza o plano da experiência e não se faz de modo prescritivo nem estabelece objetivos pré-determinados, se constrói através de pistas que orientam o percurso do pesquisador. Ao contrário da ciência moderna, que isola o objeto, a cartografia busca investigar suas articulações históricas e suas conexões com o mundo para que, assim, possa desarticular as linhas dos dispositivos. Essencializar o real é uma forma de negar a experiência e imobilizar o mundo. A cartografia, ao contrário, pretende desmontar formas constituídas e desnaturalizar estereótipos, pois ela “implica também a aposta ético-política em um modo de dizer que expresse processos de mudança de si e do mundo” (PASSOS; BEVENIDES, 2015, p.170).

Dizer que a cartografia é um posicionamento ético-político do pesquisador significa que optamos por “acompanhar pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17). O cartógrafo, desse modo, não busca uma explicação fechada e definitiva sobre o objeto com que trabalha, ele não tem a intenção de desvendar um mundo que preexistiria à linguagem. O cartógrafo encontra-se mergulhado nas intensidades, nas linhas dos dispositivos que conectam relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, práticas de resistência, pois a cartografia

não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. (PRADO FILHO; TETI, 2013, p.47)

O meu objeto de pesquisa só passa a sê-lo quando eu o reconheço. É nesse momento que eu me torno sujeito da pesquisa e ele, objeto. Não é uma realidade já pronta, é um processo.

E, apesar de uma visão positivista do fazer científico colocar a neutralidade do pesquisador como primordial para o sucesso da pesquisa, nossa visão de ciência implica um posicionamento em relação ao mundo e à maneira como expressamos nosso saber sobre ele.

No livro *Pistas do método da cartografia* (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015), a pista oito motiva uma reflexão sobre a própria produção da pesquisa científica. Ela aborda a *narratividade* como processo em que o pesquisador expressa seu posicionamento e implicações diante de seu objeto de análise. Ou seja, essa pista corrobora uma visão de ciência que não se desvincula de um posicionamento político:

Nesse sentido, podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político. (PASSOS; BARROS, 2015, p. 151)

A pista em questão apresenta dois modos de dizer, que seriam modos de analisar e narrar a problemática abordada. O modo *extensivista* é mais homogeneizador e naturaliza o olhar sobre o objeto. Já o modo *intensivista* se estrutura em práticas de capilarização e criação de novos modos de produção. Se olharmos para a produção acadêmica a partir dessas perspectivas, vemos que, em geral, a academia está embasada em um modelo extensivista, pois homogeneiza os saberes convertendo-os em números de pontos e notas por produção. Isso desarticula a coletividade e estimula a concorrência, resultando no enfraquecimento da comunidade acadêmica diante de enfrentamentos com o poder dominante (PASSOS; BARROS, 2015).

Desse modo, nossas pesquisas precisam ser práticas de transgressão para “enfrentar práticas de assujeitamento / subjetivação assentadas no medo imposto por um significante social que opera psiquicamente como instância judicativa ou superegoica” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 157). Subverter o método científico positivista adotando a transgressão como método científico. Isso significa transformar o modo de produzir pesquisa, assumindo a coletividade no lugar da individualização, a narratividade no lugar da representação e a análise das implicações no lugar de uma pretensa neutralidade.

Como define Suely Rolnik, a cartografia “acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos” (ROLNIK, 2016, p. 23). Ao adotar essa perspectiva, permito-me acompanhar não só “desmanchamento de mundos” do objeto que analiso, mas também meus próprios mundos se desfazendo e se refazendo a cada novo sentido que capturo em minhas

leituras, meus encontros com o grupo de pesquisa, minha relação com a instituição em que trabalho e estudo.

## 2.2 O discurso como um rizoma

Metáfora inspirada na botânica, o rizoma é uma espécie de modelo de análise não hierárquico, em que um ponto se conecta com qualquer outro ponto numa rede de forças e enfrentamentos, colocando em jogo a relação signos de diversas naturezas, contrapondo-se ao modelo “ávore-raiz” aplicado, por exemplo, no gerativismo. Em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari, explicam:

O rizoma se estende e desdobra num plano horizontal, de forma acêntrica, indefinida e não hierarquizada, abrindo-se para a multiplicidade, tanto de interpretações quanto de ações, remetendo à formação radicular da batata, da grama e da erva daninha. Ele não opera pelo jogo de oposição entre o uno e o múltiplo, não tem começo, fim ou centro, nem é formado por unidades, mas por dimensões ou direções variáveis, além de constituir multiplicidades lineares ao mesmo tempo em que é constituído por múltiplas linhas que se cruzam nele, formando uma rede móvel, conectando pontos e posições. Deve-se ainda ter em conta o aspecto subterrâneo de uma formação rizomática, que leva a um problema de visibilidade imediata dessa complexa e intrincada teia de relações (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 51).

Deleuze e Guattari enumeram, ainda, os princípios que caracterizam o funcionamento do rizoma:

- Princípios de conexão e de heterogeneidade: quer dizer que qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro, formando uma rede que articula signos, organizações de poder, valores etc, “colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 22).
- Princípio de multiplicidade: rejeição do pensamento centrado no Uno e no Mesmo, como sujeito ou como objeto; afirmação da inexistência de uma “unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 23).
- Princípio de ruptura assignificante: por também compreender linhas de desterritorialização e de fuga, o rizoma pode ser rompido ou quebrado em qualquer ponto, como pode retomar sua operação em qualquer uma de suas outras linhas:



Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 25)

- Princípio de cartografia e de decalcomania: diferente do modelo pivotante da “árvore-raiz”, o rizoma não permite a aplicação da noção de “eixo genético”. Deleuze e Guattari afirmam que aquele modelo estrutural assume a lógica do decalque e da reprodução, enquanto este assume a lógica do mapa: “um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ‘ao mesmo’” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30).

Numa análise discursiva, fazer valer um modelo rizomático exige um olhar cartográfico, voltado a uma experimentação baseada no real, e a desconstrução de dualidades, hierarquias e causalidades. Isso significa objetivar-se e subjetivar-se constantemente durante o processo de pesquisa, pois o ato de pesquisar cartograficamente requer a quebra de paradigmas e o avanço no campo das forças em embate. Trabalhar com o discurso como rizoma é percebê-lo como uma singularidade composta por uma multiplicidade de vozes em embate no interdiscurso, como mecanismo de produção de subjetividades e como processualidade sempre sujeita a intervenções.

Ainda em *Mil platôs*, os Deleuze e Guattari (2011) afirmam que “é preciso fazer o múltiplo, não acrescentando uma dimensão superior, mas, ao contrário, de maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões que se dispõe, sempre  $n-1$  (...). Subtrair a o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a  $n-1$ ” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 21). Antes de ser uno, o discurso é múltiplo; anterior à forma estabilizada a que temos acesso, o discurso é encontro de forças. Por isso, o *cópus* em análise do discurso deve ser produzido partindo de uma perspectiva que privilegie o múltiplo, partindo, assim, de uma rede discursiva e desnaturalizando a ideia de uma unidade fixa.

A cartografia pretende desestabilizar formas estabelecidas para se fazer ver os campos de forças. Ela amplia a nossa concepção de mundo para incluir o plano de forças e acompanhar seus constantes processos de produção. As formas são pontos de relativa estabilização que coexistem com o plano das forças que as produzem. Avançar no campo de forças é fazer pesquisa intervenção. Cartografar, em análise do discurso, então, é entender que o discurso não é a representação simbólica do mundo ou de uma realidade exterior e universal, indo além do plano das formas estabelecidas, desnaturalizando temas e representações de uma realidade

dada. Discursos são dispositivos de individuação, vetores de produção de realidade, ao mesmo tempo em que são produzidos por forças múltiplas.

A produção de uma pesquisa, seja uma tese ou uma dissertação, também é um uno provisório enunciado pelo pesquisador. Nesse sentido, entender que o trabalho acadêmico é coletivo vai além da oposição ao individual: é entender que nossos trabalhos são um processo de individuação construído num coletivo de forças, que como explicam Escóssia e Tedesco, o coletivo não é aqui entendido como oposição ao individual, essa

oposição é substituída pelo entendimento do coletivo a partir de relações estabelecidas entre dois planos – o plano das formas e o plano das forças – que produzem a realidade. Embora distintos, os dois planos não se opõem, e sim constroem entre si relações de reciprocidade que asseguram cruzamentos múltiplos. (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2015, p.94)

Discursos não são identidades fechadas e é preciso estar aberto à processualidade que marca os enunciados, para alcançar o plano onde o embate de forças acontece, ultrapassando uma determinada superfície discursiva que traria aos enunciados apenas um sentido possível. Discursos são forças em movimento. Acessar o plano de forças, assim, é desnaturalizar o olhar e pesquisar como intervenção e não como representação, como afirma Gonçalves:

A cartografia permite que acompanhamos um processo, em nosso caso, que façamos a análise de uma prática discursiva. Tal análise possibilita a descrição, a intervenção e a criação, pois, ao mostrar as forças, desnaturalizamos o discurso, mostramos que não há um estado de criação. A intervenção se dá, porque uma vez que ocorre a descrição dos processos que compõem um discurso, este já não é mais o mesmo, ganha novos contornos e um aspecto de futuridade, pois outras intervenções podem ser feitas. A intervenção orienta uma atitude política tendo em vista o fato de que caminhos de constituição do discurso descritos pelo pesquisador poderão ensejar atitudes e discursos que, por sua vez, intervirão na sociedade, e assim outras atitudes políticas serão geradas. (GONÇALVES, 2019, p. 74)

Nesta pesquisa, como será visto mais à frente, entender o discurso como multiplicidade, forças em movimento, estrutura ramificada em que todos os elementos se relacionam em múltiplas dimensões simultaneamente, desconstrói uma visão binária do embate discursivo que analiso e abre caminho para a investigação de uma captura das subjetividades pelo discurso neoliberal, que perpassa todos os enunciados. Na próxima seção, explicitarei as principais contribuições da Análise do Discurso para esta pesquisa.

### **2.3 Contribuições da Análise do discurso**

A Análise do Discurso à qual se afilia esta pesquisa, surge na França, na década de 1960, como crítica às insuficiências apresentadas pela Análise de Conteúdo, que se baseia num modelo rígido de ciência positivista, em que a neutralidade do método é importante para o alcance de resultados precisos. Desse modo, os planos subjetivo e ideológico seriam afastados do objeto de pesquisa, simulando uma neutralidade do pesquisador na qual não acreditamos. Além disso, na Análise de Conteúdo, a linguagem é vista apenas como representação e o texto como algo que está encobrendo uma significação não aparente a um primeiro olhar, e é essa significação encoberta que se deseja recuperar. “Existiria uma verdade a ser recuperada por intermédio da ciência. Nesse sentido, a concepção de linguagem em jogo reproduz inequivocamente um projeto de representação de um real pré-construído” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 311).

A Análise do Discurso à qual nos alinhamos propõe, no plano discursivo, a articulação entre a linguagem e o social, perpassados pelo contexto ideológico, atrelando sujeito e história aos estudos linguísticos. Nesse tipo de abordagem, existe a consciência de que toda atividade de pesquisa é uma interferência do pesquisador em uma dada realidade. Ele “não descobre nenhuma ‘dimensão oculta’ do real (trata-se de um real quer sociológico, quer psicológico), mas participa de uma intervenção sobre o social” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p.320).

Ao trabalhar com o discurso, optamos por um olhar que o considere em múltiplas dimensões: linguística, histórica, social e subjetiva. São forças que se atravessam para a produção de sentidos, das quais o analista também não está imune. Em suma, ao atrelar a Análise do Discurso ao processo cartográfico de pesquisa, procuro desemaranhar as relações de poder no interior de uma instituição, expondo o não dito que, muitas vezes, no cotidiano, acaba se naturalizando.

Um discurso não é uma identidade fechada, sua significação se constitui sempre na relação com outros discursos. Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau apresenta o conceito do primado do interdiscurso, afirmando que

reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com o seu Outro. No nível das condições de possibilidade semânticas, haveria, pois, apenas um espaço de trocas e jamais identidade fechada (MAINGUENEAU, 2008, p. 35).

Essa noção de interdiscurso – que dialoga com os conceitos de dialogismo (BAKHTIN, 2011) e heterogeneidade discursiva (AUTHIER-REVUZ, 2012) – refere-se a um princípio constitutivo da linguagem, em que os enunciados sempre se relacionam com outros

enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que ainda poderão ser produzidos.

Maingueneau sugere uma tripartição do interdiscurso em três níveis: o *universo discursivo*, que é o “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada (MAINGUENEAU, 2008, p. 33); o *campo discursivo*, “conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 34), englobando, por exemplo, o campo político, o filosófico, o religioso etc.; e o *espaço discursivo*, que são “subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante por em relação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 35).

Se os dois primeiros níveis pouco têm a contribuir para o trabalho do pesquisador, por outro lado, o espaço discursivo está ligado diretamente aos procedimentos metodológicos de produção do material a ser analisado. Ele é o “resultado direto de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão, em seguida, confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir” (MAINGUENEAU, 2008, p. 35).

Partindo, então, da construção de uma espaço discursivo, a materialidade linguística analisada sinalizou a recorrência maior ou menor de determinados elementos que, juntos, são responsáveis pela produção de sentido dos enunciados. Isso acontece porque há um conjunto de restrições semânticas que atua sobre todos os planos do discurso simultaneamente, sem que nenhum deles seja privilegiado. A esse conjunto de restrições, Maingueneau deu o nome de *semântica global* (Maingueneau, 2008), noção que tem como ponto de partida uma certa de regularidade semântica que pressupõe regularidades globais às quais estão submetidos todos os planos do discurso. O autor enumera esses planos discursivos – vocabulário, tema, intertextualidade, modo de coesão, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação –, mas esclarece que a lista não fica restrita somente a eles:

A própria lista desses planos considerados não é objeto de uma elaboração teórica suficiente para pretender definir um modelo de textualidade. Sua única finalidade é ilustrar a variedade das dimensões abarcadas pela perspectiva de uma semântica global, e nada impede de isolar outras ou de repartir diferentemente as divisões propostas. (MAINGUENEAU, 2008, p. 77)

As análises deste trabalho consideraram principalmente o *vocabulário* – como as escolhas linguísticas para designar certos elementos manifestam vozes neoliberais –; os *coenunciadores* – como a própria enunciação constitui os enunciadores e a relação com seus

interlocutores –; o *modo de enunciação* – como um certo tom normativo atribui um caráter autoridade aos que resolvem opinar sobre as políticas sobre a universidade.

O espaço discursivo construído por mim partiu da leitura de textos de opinião que tematizam a “crise da UERJ” e do decreto nº 45.692, que instaurou a situação de calamidade pública no estado do Rio de Janeiro em 2016. Desses textos, me interessei pelos enunciados que, de alguma forma, reproduzem uma racionalidade neoliberal que, numa leitura menos atenta, pode não ser percebida. Entendendo que o sentido do discurso se constitui sempre na sua relação com o Outro e que ele é a forma materializada de múltiplos embates de forças, essa delimitação foi desenhada a partir das relações que estes textos estabelecem entre eles, com as políticas neoliberais voltadas para a universidade pública e com as possibilidades de produção de subjetividades das quais eles foram dispositivos.

Inicialmente, eu achava que encontraria a recorrência de vocábulos que estão no campo semântico de *mercado* ou *privatização* nos textos de enunciadores que se inscrevem explicitamente em princípios neoliberais. Em oposição, os que defendem a manutenção da gratuidade e da gestão pública utilizariam vocábulos do campo semântico de *Estado* ou *público*. A leitura, no entanto, revelou que, pelo próprio caráter constitutivo do interdiscurso, as marcas do Outro no discurso podem se revelar nos muitos sentidos atribuídos a um mesmo termo – como “crise”, por exemplo – o que possibilita que um mesmo vocábulo circule por diferentes formações discursivas, como afirma Maingueneau:

Não há muito sentido em falar do vocabulário desse ou daquele discurso, como se um discurso possuísse um léxico que lhe fosse próprio. De fato, o mais frequente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais pelos diversos discursos. O que quer dizer que a palavra em si mesma não constitui uma unidade de análise pertinente (MAINGUENEAU, 2008, p. 80)

Acredito que os enunciados produzidos a partir da “crise da UERJ” foram, como já dito, responsáveis pela manutenção da própria crise. Sobre esse aspecto, seria interessante trazer o que Maingueneau apresenta como *prática discursiva* (MAINGUENEAU, 2008). Segundo essa noção, o discurso, ao ser enunciado, instaura uma comunidade de apoio ao mesmo tempo em que é autorizado por essa comunidade. Essa articulação entre discurso e comunidade de sustentação está submetido a um mesmo sistema de coerções semânticas. Isso coloca em xeque a ideia de que haveria um exterior, uma instituição anterior ao discurso e formula a hipótese de que ambos estão submetidos, simultaneamente, aos mesmos processos de estruturação.

A noção de prática discursiva recusa a dependência do verbal frente ao não verbal, ou seja, o contexto não precede e define o sentido do discurso. Para Foucault, essa concepção é entendida como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo

e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 2015, p. 144). O filósofo traz essa concepção no livro *A arqueologia do saber*, onde propõe uma perspectiva de pesquisa arqueológica em que o ato de pesquisar não deve buscar o que se diz sobre o objeto, mas sim o que faz ser possível dizer o que se diz sobre o objeto, a partir da força de saberes e de poderes que se inscrevem na história de cada sociedade.

Trazendo esse olhar aos estudos linguísticos, atrelamos a língua ao contexto sócio-histórico em que seus usuários estão inseridos, pois ele é constitutivo da própria enunciação, abarcando o verbal e o não verbal e articulando elementos distintos para a produção de sentidos. Sujeitos e objetos são construídos discursivamente. Neste sentido, ainda que a universidade passe por problemas há muito tempo, a crise só passou a existir a partir do momento em que ela é constituída discursivamente. Ao mesmo tempo, sujeitos passaram a ser autorizados a falar sobre essa crise e a formular práticas sobre ela.

Outro conceito relevante é o de *formação discursiva* que é, conforme assinala Foucault, um *sistema de dispersão* semelhante entre um certo número de enunciados e uma *regularidade* entre os objetos, tipos de enunciação, conceitos, as escolhas temáticas:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2015, p. 47)

O estabelecimento de uma FD é um processo, que pode ser confundido com encontrar o posicionamento do sujeito empírico. No entanto, as características de uma FD se manifestam no ato discursivo, no momento da enunciação, e pode não coincidir com o sujeito empírico. O neoliberalismo, por exemplo, enquanto racionalidade, se manifesta até mesmo nos discursos mais progressistas, por pessoas que se dizem contra essa perspectiva. O que há é uma multiplicidade de atravessamentos, seja para validar ou refutar a concepção de um objeto, que constituem uma formação discursiva.

A regularidade é uma racionalidade que, de certo modo, une toda a heterogeneidade discursiva. Assim, o que liga os enunciados de uma formação discursiva é a história, enquanto produtora de acontecimentos, de sujeitos e de saberes. Nos textos analisados neste trabalho, há uma certa regularidade temática, que é o financiamento da universidade pública. Há uma variação em relação à origem do financiamento, se deve ser público ou privado, mas os discursos se aproximam no que diz respeito à produtividade, que aparece como comprovação

de eficiência. Há um tema em comum e o modo como ele é tratado nos textos ora se aproximam, ora se afastam.

Esses afastamentos ou aproximações são identificáveis graças às marcas de heterogeneidade (MAINGUENEAU, 1997) que mostram como, numa mesma formação discursiva, podem ser encontradas diversas vozes. Foi a partir dessa característica discursiva que apontei nos textos analisados uma voz neoliberal que perpassa todos os enunciados, pois, “quando um locutor fala, ele não se contenta em expressar suas próprias opiniões; ao contrário, ele faz ouvir diversas vozes, mais ou menos claramente identificadas, em relação às quais ele se situa” (MAINGUENEAU, 1997). Isso mostra, por exemplo, porque é possível que argumentos similares apareçam em discursos de posicionamentos distintos, como o uso da colocação da UERJ em rankings e a relevância de sua produtividade acadêmica tanto para ratificar a excelência do ensino público gratuito quanto ou para afirmar que a crise é um mito.

### 3 PODER, NEOLIBERALISMO E CRISE

#### 3.1 Racionalidade neoliberal

Para analisarmos a construção discursiva da “crise da UERJ”, é necessário compreendermos o conjunto de forças que a constituem. Dentre elas, destaca-se o atual momento de recrudescimento de políticas neoliberais e as relações de poder que delas decorrem. Assim, cabe-nos debater a gestão e governamentalidade, as racionalidades e a objetivação desse sistema.

De acordo com Foucault (2008), o poder é relacional e o importante não é identificar onde ele está localizado ou a quem pertence, mas sim entender como funciona sua operacionalidade e como ele transita entre os indivíduos, sem que haja, necessariamente, um lugar de origem ou um alvo a ser atingido. Dessa forma, o poder é entendido como uma relação de forças que, em determinado ponto, se condensam em formas estabilizadas. Por isso, ao analisar o Estado e a sociedade, é preciso deslocar o olhar, deixando de lado uma ideia de oposição entre essas duas entidades e buscando as multiplicidades que compõem suas relações.

Conforme Thomas Lemke explica (2017), Foucault destaca três importantes características dessa concepção de poder. Em primeiro lugar, o poder não pertence a um único indivíduo ou a um grupo, o que existem “são relações de poder que resultam em uma pluralidade de estratégias conflitantes e sobrepostas” (LEMKE, 2017, p. 13). Em segundo lugar, o autor explica que a análise foucaultiana se desloca de uma perspectiva macropolítica para uma perspectiva micropolítica, questionando o foco em instituições estatais e entendendo que o poder não se origina em um único ponto – como o Estado, por exemplo – para depois permear os espaços. “Ao contrário, é a pluralidade e a diversidade das relações de poder na sociedade que são responsáveis pela emergência e pelo funcionamento do Estado” (LEMKE, 2017, p. 13). Em terceiro lugar, Lemke afirma que Foucault questiona uma visão das relações de poder como sempre repressivas e voltadas aos interesses de reprodução. As relações de poder “envolvem uma dimensão produtiva – elas permitem e possibilitam experiências coletivas e individuais, e promovem novas formas de saber e de prática” (LEMKE, 2017, p. 14).

No neoliberalismo, o exercício do poder está voltado à regulamentação das condutas dos indivíduos, introduzindo a meritocracia, a competição e o individualismo não só nas relações de trabalho, mas em todas as esferas sociais. Por isso seria um reducionismo resumi-lo somente



a um regime econômico: trata-se de uma racionalidade que produz indivíduos empreendedores de si e tenta eliminar qualquer pretensão à coletividade. Seguindo parâmetros empresariais, tudo pode ser medido, avaliado e monetizado, inclusive o tempo e as subjetividades, alinhando, assim, indivíduos e instituições a um mesmo padrão, como afirma Achille Mbembe:

O neoliberalismo é a época ao longo da qual o tempo curto se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro. (...) Esse movimento também se caracteriza tanto pela produção da indiferença, a paranoica codificação da vida social em normas, categorias e números, quanto por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais. Assombrado por uma dupla desgraça, o capital, sobretudo financeiro, define-se agora como ilimitado, não só do ponto de vista dos seus fins como também dos seus meios. Já não dita apenas o seu próprio regime de tempo. Uma vez que se encarregou da “fabricação de todas relações de filiação”, procura multiplicar-se “por si mesmo” numa série infinita de dívidas estruturalmente insolvíveis. (MBEMBE, 2018, p. 15)

O conceito de liberdade é fundamental para entender os procedimentos do governo neoliberal. Cria-se uma ilusão de que ela é algo natural que precisa ser conquistado, ao mesmo tempo em que está sob constante ameaça. A existência do medo, da insegurança e da possível perda da liberdade são condições essenciais para a aplicação de políticas jurídicas e administrativas coercitivas que destroem direitos sociais. A racionalidade neoliberal produz, assim, subjetividades empresariais e consolida a “ficção de um novo sujeito humano, ‘empreendedor de si mesmo’, moldável e convocado a se reconfigurar permanentemente em função dos artefatos que a época oferece” (MBEMBE, 2018, p. 15). Cultivar o governo do medo é produtivo para o neoliberalismo, pois ao mesmo tempo em que produz o perigo, ele fornece as condições para a preservação da ideia da liberdade liberal. A cultura do perigo cria indivíduos que devem saber lidar com os riscos sociais e a insegurança como agentes que tomem precauções para si mesmos e para suas famílias. A racionalidade do Estado neoliberal, então, está voltada para o controle das subjetividades.

### 3.2 Estado e neoliberalismo

A relação entre Estado e neoliberalismo, ao contrário do que se costuma pensar, não se constrói com a retirada total do Estado das políticas econômicas, mas sim com uma relação em que ambos estão atrelados político-economicamente. Se os anseios neoliberais priorizam o lucro em detrimento dos interesses da população, é preciso que o Estado atue intervindo em vários aspectos, sendo instrumento de uma racionalidade que tem como objetivo a condução de

condutas. Estado e capital, na perspectiva neoliberal, não são polos opostos, mas sim complementares. Desse modo, o Estado passa a ser visto pela mesma ótica de uma empresa, ou seja, sua ação deve estar voltada para a produtividade e lucro. Diferentemente do liberalismo clássico, no neoliberalismo “o Estado não mais define e supervisiona a liberdade do mercado; ao invés, o próprio mercado representa o princípio organizativo e regulatório do Estado” (LEMKE, 2017, p. 21).

Para discutir a arte neoliberal de governo, é fundamental partir dos estudos sobre *governamentalidade*, uma perspectiva crítica elaborada por Foucault para a análise de procedimentos técnicos e formas de instrumentalização da dominação exercida do governo sobre os outros, tratando da capacidade que dispositivos governamentais possuem para conduzir o modo de agir dos indivíduos. É a racionalização da prática governamental no exercício da soberania política. O tópico a seguir tratará mais detalhadamente sobre essa perspectiva analítica foucaultiana, a partir da qual é possível investigar como as instituições se articulam para o exercício do poder.

### 3.3 A analítica da governamentalidade de Foucault

No curso *Segurança, Território, População*, de 1978, Foucault explica que com a expansão demográfica da Europa, no século XVIII, surge uma vasta literatura sobre as “artes de governar”. Isso se deve ao que ele chama de “desbloqueio epistemológico”, provocado pelo deslocamento de um modo de governo que tinha como referência para a economia o modelo familiar – assim como um pai de família deve saber administrar sua família, suas riquezas, suas propriedades, o soberano deve saber administrar seu povo e seu território com a finalidade da manutenção da própria soberania – para um modo de governo voltado para a população – melhorar a saúde, a expectativa de vida, as condições do meio em que ela vive –, em que a finalidade deixa de ser uma só, a manutenção da soberania, e passa a ser uma série de finalidades específicas. Para alcançar essas finalidades, surgirão os instrumentos de governo, que serão como táticas para o controle da população.

Dentre esses instrumentos, está o uso da estatística como modo de mapeamento das perspectivas e dos fenômenos próprios à emergência da população, fazendo “aparecer sua especificidade irreduzível [ao] pequeno âmbito da família” (FOUCAULT, 2008, p. 139). A família passa, então, de ponto de partida do modelo econômico para um segmento privilegiado

da população. Privilegiado porque os mecanismos de governo devem passar por ela para alcançar os objetivos de controle dos comportamentos dos indivíduos: casamento, consumo, taxa de natalidade, comportamento sexual etc. E é o uso da estatística que vai delinear as multiplicidades que envolvem a relação da população com o território e a produção de riqueza, constituindo uma “economia política”. Isso significa que o governo passou de uma estrutura pautada na soberania para um regime pautado em técnicas voltadas para a população. Ao lado da população e da economia política, a disciplina forma o triângulo da gestão governamental, sendo necessários dispositivos de segurança para a implementação de técnicas de dominação, que estão ligadas a tecnologias de si e a práticas de autogoverno

A importância de trazer a noção de governamentalidade se deve ao deslocamento feito pela analítica foucaultiana: o governo não deve ser entendido como a fonte de um poder dominador, mas sim como um conjunto de práticas, uma conduta que tem como objeto a condução das condutas dos indivíduos, como explica Foucault:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análise e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Para Foucault, essa nova arte de governar a humanidade é feita através de de uma prática política calculada em que a legitimidade do Estado passa a ser fundada a partir de uma liberdade dos parceiros econômicos, o que significa dizer que o mercado é aquilo que se precisa produzir no governo, pela arte de governar e pela condução das condutas.

Foucault fala disso no livro *O nascimento da biopolítica* (2008), quando ele faz uma análise dos governos centrados no neoliberalismo, quando passa ser necessário governar para o mercado, ao invés de governar por causa do mercado. Isso vai de encontro à ideia de que o neoliberalismo afasta o Estado, quando na verdade ele precisa de uma aliança com um Estado forte para que ele intervenha e governe para o mercado. Nesse sentido, as ações governamentais passam a ser voltadas para uma política que não vai agir exatamente sobre o mercado, sobre aquilo que pode ser transformado em mercadoria, como acontece, por exemplo, com a mercantilização da educação pública.

Essas intervenções governamentais que se dão na própria sociedade acabam produzindo uma política social privatizada. Isso desenha um modo de observar o neoliberalismo a partir da

possibilidade de gestão da vida e de estratégias que vão ser transformadas em intervenções nas mais distintas dimensões, que terão repercussões na economia, mas que, majoritariamente, estão relacionadas ao próprio social, às políticas que vão incidir sobre os corpos das populações. Uma dessas estratégias é a produção de crises.

### 3.4 Crise

Só é possível falar o que se fala sobre a crise por conta de práticas históricas que tornam determinados momentos de desestabilização político-econômica em estratégia de governo, o que é bem comum quando se trata de governos neoliberais. Essas estratégias produzem novas subjetividades e colocam em jogo a forma como nos relacionamos com o real, além de conduzirem políticas vantajosas para o mercado sob a retórica que as justificam como “necessárias para a recuperação econômica”, “para a segurança do Estado” ou “para o bem do povo”. Se a crise passou a ser uma normalidade nas políticas neoliberais, o que torna um determinado evento uma crise são os discursos que são capazes de sustentar essa ideia.

A crise não é uma universalidade, uma substância da natureza que surge do nada em certas épocas, ela é o resultado de determinadas ações micro e macropolíticas. Como operador em um modo de governo, ela gera o medo, a ameaça do fim de tudo que conhecemos, produzindo um ambiente de constante desestabilização. Isso desmonta as nossas referências, limita os planejamentos a médio ou longo prazo, desestabiliza as subjetividades e enfraquece as instituições e as relações entre sujeitos.

A nova arte de governar, ao consumir liberdade, precisa, necessariamente, produzir sua limitação e sua destruição. Em razão dessa questão que, hodiernamente, a própria noção de crise pode ser posicionada como um operador estratégico das práticas governamentais. Quando a crise adquire essa condição, em termos governamentais, novas figuras subjetivas são produzidas (...). (SILVA, 2018, p. 200)

Ou seja, a manutenção constante de períodos de crise é uma estratégia neoliberal de governo necessária para justificar medidas que seriam impopulares e questionáveis em momentos “normais”. O curioso é que, muitas vezes, a crise é apresentada pelo governo como algo que não tem uma origem determinada ou uma faceta que a identifique, como se, simplesmente, momentos de desestabilização econômica surgissem espontaneamente no mundo. Foi assim na crise de 2016 e 2017 no estado do Rio de Janeiro, que tira do governo a responsabilidade pelo fim de políticas sociais, atraso de salário, corte de verbas e a deposita

nessa instância que, de acordo com seus discursos, parecia “emergir espontaneamente”, por motivos que não tinham relação com decisões anteriores. No neoliberalismo, a crise passou a ser “um final sem fim, apocalipse sustentável, suspensão indefinida, diferimento eficaz do afundamento coletivo e permanente, a crise atual já não promete nada: ela tende, pelo contrário, a libertar quem governa de toda e qualquer contrariedade quanto aos meios aplicados” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 27).

Crises, na racionalidade neoliberal, são importantes para conquistar o apoio necessário a reformas, mesmo que elas sejam extremamente prejudiciais à população. Ao colocar a gestão das universidades em dúvida, retirava-se a responsabilidade do Estado. A universidade deve, assim, ser empreendedora, deve gerar recursos, deve priorizar a relação com o mercado, seja em busca de financiamento, seja na produção de capital humano direcionado a ele. Conseqüentemente, a comunidade universitária deve ser inovadora, produtiva e passar com bons resultados em diferentes sistemas de pontuação. É a autogestão neoliberal apresentada como tábua de salvação à crise universitária.

Crises se caracterizam por um momento de desestabilização de uma determinada realidade. Analisá-las demanda um certo cuidado quanto ao aspecto temporal, porque as análises feitas sobre crises, em geral, denunciam uma certa incapacidade de se explicar, no presente, o estatuto da realidade. Elas costumam usar essa noção de crise como o anúncio de uma ruptura entre dois períodos históricos, como se pudesse ser uma possibilidade de recomeço ou o provável fim do capitalismo. A questão é que, na governamentalidade neoliberal, a própria crise é um mecanismo utilizado para gerir não só a conduta das instituições, mas dos próprios indivíduos. Como instrumento de gestão, a crise deixou de ser um momento de instabilidade e passou a ser um estado crônico:

Não vivemos uma crise do capitalismo, mas pelo contrário, o triunfo do capitalismo de crise. “A crise” significa: o governo cresce. [...] A crise presente, permanente e omnilateral, já não é a crise clássica, o momento decisivo. Pelo contrário, ela é um final sem fim, apocalipse sustentável, suspensão indefinida, diferimento eficaz do afundamento coletivo e permanente, a crise atual já não promete nada: ela tende, pelo contrário, a libertar quem governa de toda e qualquer contrariedade quanto aos meios aplicados. (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 27)

Entendendo, então, que a racionalidade do Estado neoliberal está voltada para o controle das subjetividades, a crise, como operador em um modo de governo, gera o medo, a ameaça do fim de tudo que conhecemos, produzindo um ambiente de constante desestabilização. Isso desmonta as nossas referências, limita os planejamentos a médio ou longo prazo, abala as subjetividades e enfraquece as instituições e as relações entre sujeitos.

No Rio de Janeiro, o descontrole de gastos, os diversos casos de corrupção e a manutenção de acordos ilícitos geraram a necessidade de se criar algo que justificasse os procedimentos, no mínimo questionáveis, assumidos pelo governo do estado durante os anos de 2016 e 2017. O decreto nº 45.692, que estabeleceu o estado de calamidade pública no estado, foi uma das formas de oficializar essa estratégia governamental, sendo um exemplo do que Dardot e Laval explicam:

É com os recursos do Estado, e com uma retórica em geral muito tradicional (o “interesse nacional”, a “segurança” do país, o “bem do povo” etc.), que os governos, em nome de uma concorrência que eles mesmos desejaram e de uma finança global que eles mesmos construíram, conduzem políticas vantajosas para as empresas e desvantajosas para assalariados de seus países. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 282)

Em meio a escândalos de corrupção, superfaturamento de obras e inúmeras concessões fiscais envolvendo os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, o Governo do Estado do Rio de Janeiro estabeleceu o estado de calamidade pública como forma de conseguir instituir políticas econômicas que, naquele momento, iam de encontro aos interesses da população. O texto foi escrito estabelecendo uma relação de causa e consequência: o preâmbulo é constituído por oito orações que justificam a motivação de tal decreto:

DECRETO N.º 45.692 DE 17 DE JUNHO DE 2016

DECRETA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a grave **crise econômica** que assola o Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO a **queda na arrecadação**, principalmente a observada no ICMS e nos royalties e participações especiais do petróleo;

CONSIDERANDO todos os esforços de **reprogramação financeira** já empreendidos para ajustar as contas estaduais;

CONSIDERANDO que a referida **crise** vem impedindo o Estado do Rio de Janeiro de honrar com os seus compromissos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016;

CONSIDERANDO que tal **fato** vem acarretando severas dificuldades na prestação dos serviços públicos essenciais e pode ocasionar ainda o **total colapso** na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental;

CONSIDERANDO que a **interrupção da prestação de serviços públicos** essenciais afeta sobremaneira a população do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que já nesse mês de junho as delegações estrangeiras começam a chegar na Cidade do Rio de Janeiro, a fim de permitir a aclimatação dos atletas para a competição que se inicia no dia 5 de agosto do corrente ano;

CONSIDERANDO, por fim, que os eventos possuem importância e repercussão mundial, onde qualquer **desestabilização institucional** implicará um risco à imagem do país de difícil recuperação;

Como a ementa do documento destaca, o estado de calamidade pública foi decretado no “âmbito da administração financeira”, fato incomum para esse tipo de providência jurídica que, em geral, é utilizada em casos de desastres naturais. Provavelmente por isso é preciso se construir uma estrutura linguística que embase a instabilidade financeira daquele período. No preâmbulo em destaque, “crise” aparece em dois parágrafos e em outros cinco aparecem outros sintagmas que poderiam se encaixar no mesmo campo semântico: *reprogramação financeira*, *total colapso*, *interrupção na prestação de serviços públicos* e *desestabilização institucional*.

O quinto e o sexto parágrafos descrevem dificuldades na prestação de serviços públicos que prejudicariam população; já o quarto, o sétimo e o oitavo, indicam a aproximação dos jogos olímpicos e paralímpicos e como um possível fracasso em tais eventos poderiam prejudicar a imagem do país em todo o mundo. Pois bem, espera-se que na ordem de execução apareçam providências que objetivem solucionar os efeitos da crise nos todos os âmbitos, mas o que acontece é que a prestação de serviços à população fica esquecida e privilegia-se, somente, providências para a execução dos megaeventos que estavam por vir:

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado o estado de calamidade pública, em razão da grave *crise financeira* no Estado do Rio de Janeiro, que impede o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Art. 2º- Ficam as **autoridades competentes autorizadas a adotar medidas excepcionais** necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais, com vistas à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Art. 3º - As autoridades competentes editarão os atos normativos necessários à regulamentação do estado de calamidade pública **para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016**.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2016

Francisco Dornelles

Como se pode ver nos três primeiros artigos do decreto, todos os atos previstos têm como foco a realização dos jogos Olímpicos e Paralímpicos, o que fica explícito nas sequências *em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, com vistas à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016*. A necessidade de normalização dos serviços públicos desaparece na ordem de execução, o que ratifica o uso da crise como dispositivo aliado a interesses que não têm a população como foco.

A crise pela qual passou o estado do Rio de Janeiro teve uma função estratégica para assegurar a implementação de medidas políticas que em nada beneficiaram a população, mas estavam aliadas ao mercado. Constituiu-se de leis e decretos que possibilitavam as ações do Estado, discursos que davam sustentação a essas ações ou que as questionavam, a atuação simultânea de instituições como a mídia, o Governo do Estado, a Procuradoria Geral do Estado,



o Governo Federal, outras universidades, o Ministério Público, Sindicatos, representações sociais, dentre outras. Ela era um ponto de ligação entre elementos e estruturas heterogêneos, sendo estratégica para o alcance de objetivos específicos, que não estavam relacionados somente ao superfaturamento das obras para as olimpíadas.

Como o foco da crise acabou se voltando para a UERJ, ela virou símbolo da degradação do estado do Rio. Muitos disseram que era uma preparação para grande ataque às universidades públicas de todo o país. Não por coincidência, o que se seguiu foi um intenso corte de verbas e propostas de privatização das universidades públicas, culminando no fracassado “Future-se”, projeto que pretendia entregar a administração das universidades federais a Organizações Sociais, proposto pelo Governo Bolsonaro em 2019.

## 4 A LEITURA QUE FIZ A PARTIR DE UM EMBATE DISCURSIVO

### 4.1 Contextualizando o *córpus*

A ideia inicial de construção do *córpus* desta pesquisa foi buscar por discursos produzidos no período entre 2016 e 2017 que tivessem como tema central a crise na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Num primeiro momento, pude perceber que o conjunto de todos os textos desse período, com essa temática, era bastante heterogêneo e numeroso: notícias, reportagens, artigos de opinião, notas de esclarecimento, de apoio ou de repúdio, cartas abertas, postagens de páginas em redes sociais, documentos institucionais etc. E aí que veio a primeira grande dificuldade deste trabalho: fazer o recorte.

A seleção desses textos foi feita em diferentes etapas. Inicialmente, a principal fonte de busca foram os compartilhamentos no *Facebook*, de páginas como *UERJ resiste*, *Alunos, técnicos e docentes da UERJ*, *Comissão de mobilização dos técnico-administrativos da UERJ*, a página oficial da Universidade e do reitor e os perfis de professores e colegas da instituição. Foi a partir desses compartilhamentos que o embate discursivo que venho destacando aqui tomou forma para mim. Além dessa forma de busca, acessei diretamente as páginas de periódicos e o próprio *Google*, preenchendo os campos de busca com palavras chaves como “UERJ” ou “CRISE DA UERJ”.

Elegi os textos jornalísticos de opinião, artigos e editoriais porque eles não fazem parte dos gêneros jornalísticos que pressupõem neutralidade na escrita, o que representaria, ainda melhor, o embate discursivo que busco salientar neste trabalho. Além disso, ao ser publicado em um periódico de referência e de grande circulação, tais textos têm um maior alcance de leitores. Diferentemente de textos institucionais ou publicações em redes sociais, por exemplo, o alcance desses textos era mais abrangente e sua circulação ia além da comunidade universitária, o que fez desse gênero a escolha de enunciadores de diferentes posicionamentos. Gêneros discursivos são responsáveis por materializar as formações discursivas e as escolhas feitas por seus enunciadores não são aleatórias: eles demandam uma certa leitura e o suporte em que circulam também interfere na construção de sentidos, como afirma Maingueneau:

não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que impõe coerções sobre seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídiun não é um simples ‘meio’, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma

mudança importante do mídiun modifica o *conjunto de um gênero de discurso*. (MAINGUENEAU, 2013, p.81)

Ou seja, estou diferenciando os textos de opinião que foram publicados em jornais daqueles que saíram em notas oficiais de instituições, em páginas de redes sociais ou em cartas de apoio à universidade pelo peso que o suporte agrega ao conteúdo discursivo, pelo seu modo de circulação, seu destaque social e pela não presunção de neutralidade.

Em um primeiro ensaio de arrumação, cogitei que haveria dois lados do embate: um em defesa da UERJ, que apoiaria a manutenção da universidade pública e gratuita, e outro em ataque, propondo diferentes formas de privatização como solução para os problemas da universidade. Parecia-me que as vozes do Estado e da mídia estavam aliadas à ideia de privatização, mascarada, em geral, pelo eufemismo da “necessidade de busca por novas formas de financiamento”. “Do outro lado”, estariam os demais enunciadores, apoiando seus argumentos sobre a crise na falta de compromisso do governo com a educação. Eles seriam, em sua maioria, professores da UERJ.

No entanto, tentar organizar os textos em um embate de dois lados tornou-se uma estratégia insuficiente para abarcar todos os atravessamentos que compõem cada discurso. O que percebi foi que, numa perspectiva macropolítica, é simples dividi-los em lados opostos, mas numa perspectiva micropolítica, eles não se distanciam tanto assim. Isso se deve a uma aproximação de todos os textos a uma racionalidade neoliberal, que ficou ainda mais nítida quando, em um determinado momento da escrita, eu achei que meu córpus tinha mais textos do grupo “ataque”, mas, quando conferi, havia mais textos do grupo “defesa”. Tal percepção se alia ao que aponta Suely Rolnik:

É evidente que, como tudo que é vivido no plano das formas e seus códigos é indissociavelmente vivido no plano das forças que as animam e também as desordenam, as distintas posições nas relações de poder na esfera macropolítica (relações de classe, raça, etnia, gênero etc.) têm seus efeitos na esfera micropolítica. Porém, não há qualquer simetria ou paralelismo entre os agentes potenciais da insurgência em cada uma dessas esferas. Se na esfera macropolítica estes se distribuem em uma cartografia organizada em pares binários, sendo o polo subalterno o agente por excelência da insurreição, a lógica de sua distribuição no diagrama de forças próprio da esfera micropolítica é outra e pode surgir de qualquer lugar na trama social, já que estamos todos sob o domínio do inconsciente colonial-cafetinístico. (ROLNIK, 2018, p. 126)

Os artigos de opinião que foram publicados em jornais na época da “crise da UERJ” formavam uma imagem para mim: havia uma arena de batalha em que um lado pertencia àqueles que defendiam a privatização e o outro, aos era daqueles que defendiam a universidade pública. Havia aí uma certa ingenuidade ou, talvez, uma influência de toda a polarização que temos vivido no campo político nos últimos anos. Estamos acostumados a nos posicionar no campo macropolítico, há um “nós” e “eles” bem definido, em que é mais fácil achar que um

lado “mau” e um “bom”. No meu caso, em específico, achava que o “mau” era formado pelo Estado que precarizava a universidade, pelos políticos e juizes que escreviam em jornais que o ensino público dava muito prejuízo financeira. No lado “bom” estaríamos nós, comunidade uerjiana, resistindo e defendendo a universidade.

Talvez, meu equívoco inicial da pesquisa, ao achar que haveria um embate com apenas dois lados, tenha lugar num pensamento de poder em que este é exercido somente um sujeito ou entidade (no caso, o Estado) e só pode haver uma relação biunívoca entre aquele que tem o poder e aquele que é oprimido por ele. Acabei criando uma perspectiva em que o estado neoliberal exercia o poder sobre a UERJ e esta seria capaz, apenas de resistir a ele, defender-se. Acho que se isso fosse uma verdade, a UERJ já teria sido privatizada há tempos.

A questão é que, como mostra Foucault (2008), o poder não é uno, o poder é múltiplo. A batalha naquela arena não era composta por dois lados, ela era múltipla e, dentre tantas forças em disputa, o neoliberalismo, que eu pensava estar em apenas um lado, se apresentava em vários outros pontos não esperados. É nesse tipo de impasse que a pesquisa cartográfica mostra que a hipótese deve dar lugar à problematização. Então passei a não buscar a comprovação da hipótese de dois lados, mas sim como se dava o processo de produção daqueles discursos e seus efeitos de sentido.

Assim, o foco da pesquisa mudou. O que eu buscava deixou de ser as diferenças e passou a ser as aproximações entre os enunciados. O embate macropolítico pode ser óbvio, sabemos que há uma política que tenta precarizar a educação pública para, então, privatizá-la. O que muitas vezes não percebemos é o modo como as práticas neoliberais têm capturado as nossas tentativas de insurgência, para, então, fazê-la vibrar na mesma frequência da força dominante.

Ao superar essas delimitações da rede discursiva, eu estava considerando minhas intuições como pesquisadora que vivenciou a experiência da “crise da UERJ” e percebeu que delimitar os textos em apenas dois posicionamentos limitaria os muitos sentidos suscitados por aquele momento. A seleção final dos textos resultou em 9 artigos de opinião e dois editoriais. Meu objeto de pesquisa foi se construindo ao longo da escrita: se antes o que me interessava parecia ser a análise de um embate entre dois grupos e o que os distanciava, no fim, passou a ser justamente os atravessamentos que os aproximava.

## 4.2 Como os textos foram organizados

Como já foi dito, a perspectiva de dois lados em embate foi a primeira pista que encontrei quando li os artigos de opinião, contudo, ela foi se dissolvendo ao longo da pesquisa. Quando se dicotomiza a realidade, deixa-se de lado o campo das forças em embate e se acessa o campo das formas instituídas. Não que não possa ser dito que há dois lados se enfrentando, pois, na esfera macropolítica, é assim que se têm desenhado os enfrentamentos. No entanto, para se construir uma resistência efetivamente coletiva, é preciso investigar como a racionalidade neoliberal tem se entranhado em nossas práticas cotidianas.

Identifiquei dois temas principais que aparecem em todos os textos: o financiamento da universidade pública e a crise. Entendo que o modo de tratamento desses temas vai se diferenciar de acordo com as coerções semânticas impostas às formações discursivas, que podem ser reconhecidas, talvez, como uma mais progressista – defensora de que o financiamento para as universidades públicas deve partir do Estado – e outra privatista – que apoia o financiamento privado para universidades públicas. Contudo, ao contrário do que parece numa leitura menos aprofundada, esses dois enunciadores não se distanciam em todos os aspectos de seus discursos: há uma formação racionalidade neoliberal que atravessa as duas formações.

É preciso fazer algumas observações sobre esse aspecto: a) a perspectiva cartográfica conduz o nosso olhar a uma desnaturalização das formas constituídas. Se nos fixarmos no embate somente na esfera macropolítica, no campo das formas, veremos dois lados; se avançamos na esfera micropolítica, percebemos que há uma multiplicidade de forças em embate nesses discursos, que vão além de uma perspectiva binária; b) o atravessamento de uma formação discursiva neoliberal, mesmo em textos que defendem a manutenção do financiamento público, mostra como essa racionalidade já está tão impregnada nas nossas vivências que, mesmo aqueles que se seriam mais progressistas, reproduzem práticas neoliberais em suas relações sociais.

Dito isso, busco agora sinalizar como a racionalidade neoliberal perpassa os discursos produzidos durante a crise da UERJ. A partir da perspectiva da *semântica global* (MAINGUENEAU, 2008), conforme a qual o sentido do enunciado só é possível a partir da integração de todos os seus planos – linguísticos e extralinguísticos –, ilumino as pistas linguísticas que manifestam práticas neoliberais, mesmo em discursos que, no plano macropolítico, tentam recusá-las. Essas marcas estão ligadas a um campo semântico empresarial, em que ideias como a despolitização da administração da universidade, eficiência na gestão de recursos, hierarquização, gestão de crises, avaliação, ranqueamento etc.,

apareceram tanto em textos que defendem a privatização da universidade quanto naqueles que defendem o financiamento estatal.

Para facilitar a localização dos trechos destacados nos quadros para análise, numerei os artigos de opinião nos anexos deste trabalho da seguinte forma:

- Texto 1:** *Mitos e verdades sobre a crise na Uerj*, por Gustavo Tutuca
- Texto 2:** *Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito*, editorial do jornal O Globo
- Texto 3:** *Sem condição de funcionar*, por Ruy Garcia Marques
- Texto 4:** *Suissinato do futuro*, por Cristovam Buarque
- Texto 5:** *Arrecadação alternativa*, por Rafael Pinho de Moraes, Pedro Ivo Salvador e Pedro Hemsley
- Texto 6:** *A UERJ resiste, mas nada está normal*, por Zacaria Gama
- Texto 7:** *Uerj além da crise*, por Tatiane Alves
- Texto 8:** *Educação ou populismo? A crise na Uerj*, por Marcus Abraham
- Texto 9:** *Qualidade é resposta à crise na Uerj*, por Egberto Gaspar de Moura
- Texto 10:** *Por um novo modelo para financiar a universidade*, por Luis Roberto Barroso
- Texto 11:** *Crise na Uerj reacende debate sobre universidade gratuita*, Editorial do jornal O Globo

A escolha da ordem atribuída aos textos foi aleatória, já a organização dos quadros foi feita por temas. Cada quadro é composto por excertos cuja materialidade linguística aponta para uma característica da racionalidade neoliberal. Na primeira coluna está indicado o número do texto, nos anexos, em que o excerto se encontra; na segunda coluna, uma identificação por letra para facilitar nos casos em que há mais de um trecho de um determinado texto; na terceira, o excerto que será analisado.

O principal critério para a escolha dos excertos foi a identificação de uma voz neoliberal para se tratar do tema. Se nos primeiros movimentos, para a constituição deste córpus, o que me interessava era o posicionamento dos enunciadores numa perspectiva de afastamento, no conjunto final esse critério foi apagado para dar lugar ao que aproxima todos os enunciados. Assim, as análises que se seguem foram construídas não a partir do objetivo de descrever o

embate discursivo, mas sim de mapear a circulação de uma racionalidade neoliberal que se manifesta em todos os textos.

### 4.3 O que se diz sobre a universidade

Para pensarmos as formas como o neoliberalismo produz certas crises na universidade, trago uma tripartição proposta por Boaventura de Sousa Santos. O autor afirma que a entrada no século XXI faria com que a universidade se defrontasse com três crises: uma crise de sua hegemonia, uma de sua legitimidade e uma crise institucional (SANTOS, 2011). A *crise da hegemonia* tem a ver com o confronto entre as funções tradicionais da universidade e as que passaram a ser exigidas pelas mudanças do novo século. Se antes a universidade estava voltada para a formação científica, humanística e cultural das elites, ela passa a ser formadora de mão de obra para o capitalismo. Além disso, ela perde sua hegemonia quando deixa de ser a única instituição no domínio do ensino superior e da pesquisa, pois o Estado, para cumprir as exigências do mercado, busca soluções para formação de mão de obra fora da universidade. Já a democratização do acesso à universidade trouxe uma *crise de legitimidade* à instituição. A hierarquização de saberes especializados através da restrição ao acesso não mais condizia com as exigências sócio-políticas da reivindicação de igualdade de oportunidades aos filhos da classe trabalhadora. A última, a *crise institucional*, surge com a crescente pressão que a autonomia universitária sofre com a submissão a critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial.

Pode-se dizer que a crise institucional está ligada à influência do mercado na universidade. A perda de prioridade da educação em políticas públicas e a mercantilização do ensino tem transformado o ensino superior de um bem público, em que o acesso se dá por direito, em um bem mercadológico, em que o acesso se dá via consumo. O neoliberalismo se apropriou da força criadora da universidade, transformando-a em concorrência pela busca dos maiores conceitos em sistemas de avaliação. A produção de conhecimento está atrelada ao atendimento a normas e editais cada vez mais exigentes, mas que atendem a cada vez menos pesquisas, como afirmam Rocha e Rocha:

A multiplicação de dispositivos nacionais e locais que fazem convergir o funcionamento das instituições para a nova racionalidade atinge a identidade universitária, ou seja, o sentido de produção de conhecimento enquanto potência de reflexão crítica sobre a sociedade, enfatizando o conhecimento tecnocrático, a

elaboração de dados e informações para o mercado. Isso significa que a liberação de recursos pela administração universitária e pelos órgãos de fomento à pesquisa para a implementação das atividades acadêmicas, para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação e para a formação docente vem sendo condicionada pelos novos parâmetros avaliativos. (ROCHA; ROCHA, 2004, p. 19)

Como vimos, as estratégias de uma governamentalidade neoliberal precisam produzir determinados tipos de subjetividades, e tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística são “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 27). No campo linguístico, é interessante observar a relação entre a produção de textos numa sociedade – bem como o modo como eles circulam – e a produção de subjetividades.

Um conjunto de textos pode apresentar certas características de acordo como tipo de subjetividade que seja necessário produzir em um determinado processo histórico. Durante a “crise da UERJ”, era importante que fosse criado um clima de urgência, característico dos momentos de crise, para facilitar a passagem de medidas governamentais impopulares. Eram precisos, então, dispositivos que produzissem insegurança, medo e conformidade, para, assim, apresentar “soluções” que reequilibrariam as contas do governo.

Os artigos de opinião que apresento aqui foram parte desses dispositivos. Uma de suas marcas foi o caráter normativo que apresentavam, como se o que propusessem fosse uma verdade incontestável ou única solução possível para o fim da crise. Em alguns deles, esse efeito foi obtido através das modalizações das frases. Sobre esse recurso, Maingueneau afirma:

todo enunciado possui marcas de modalidade, que indicam a atitude do enunciador em relação ao seu enunciado ou a seu coenunciador. (...) O fato de todo enunciado ter um valor modal, de ser modalizado pelo enunciador, mostra que a palavra só pode representar o mundo se o enunciador, direta ou indiretamente, marcar sua presença através do que diz. (MAINGUENEAU, 2013, p. 128).

Vejamos algumas dessas passagens:

Localização		Excerto
Texto 1	A	Passados os piores momentos da crise que atingiu a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), <b>devemos deixar de lado</b> interesses, ideologias e posições políticas para refletirmos sobre a situação de uma das mais importantes instituições de ensino do país.



	B	O primeiro mito que <b>precisa ser debatido</b> é o que aborda o financiamento da Uerj.
	C	A verdade é que as universidades públicas brasileiras <b>precisam modernizar</b> suas ferramentas de gestão, <b>aprimorar</b> sua governança e <b>encontrar</b> novas formas de financiamento. Mesmo respeitando sua autonomia, <b>precisamos, juntos, enfrentar</b> estas questões e <b>discutir</b> as novas prioridades.
Texto 2	A	Mesmo quando a economia vier a se recuperar, <b>será necessário reformar</b> o próprio Estado, diante da impossibilidade de se manter uma carga tributária nos píncaros de mais de 35% do PIB, o índice mais elevado entre economias emergentes, comparável ao de países desenvolvidos, em que os serviços públicos são de boa qualidade. Ao contrário dos do Brasil.
	B	Para combater uma crise nunca vista, <b>necessita-se de ideias nunca aplicadas</b> . Neste sentido, por que não aproveitar para acabar com o ensino superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social? Pagará quem puder, receberá bolsa quem não tiver condições para tal.
Texto 3	A	<b>Não é preciso aqui dissertar</b> longamente sobre a importância da Uerj.
	B	Ocorre que a educação <b>não pode parar</b> . A realidade <b>não pode ser mascarada</b> . Com o fim da greve, as aulas de graduação <b>têm que voltar</b> a normalidade.
Texto 4	A	A universidade <b>deve lembrar</b> que a gratuidade é paga com dinheiro do conjunto da sociedade.
	B	Diante do previsível esgotamento fiscal do Estado, a universidade <b>precisa ser mais eficiente</b> na gestão dos recursos que recebe e na captação de verba complementar em fontes não estatais, como fazem as universidades em todo o mundo.
	C	Se o Brasil quer encontrar um rumo, <b>precisamos salvar a Uerj</b> e as demais universidades do país da crise financeira do momento. Mas para isso, as universidades <b>precisam salvar a si próprias</b> , fazendo autocrítica, reformando-se para estar à altura dos desafios do conhecimento e, ao mesmo tempo, do esgotamento de recursos.
Texto 5	A	Diante deste quadro estarrecedor, <b>faz-se necessário repensar</b> o financiamento da Uerj. Não que se queira reduzir o financiamento público, muito pelo contrário; ele <b>precisa aumentar</b> : a universidade pública e de qualidade é uma conquista da sociedade fluminense.
	B	Há soluções óbvias de redução de desperdício — como a iluminação, hoje ininterrupta, ou a reciclagem do lixo — que precisam ser adotadas. Mas há receitas não auferidas, por decisões no mínimo questionáveis, e que a crise <b>atual deve pôr em xeque</b> .

	C	Primeiro, <b>deve-se cobrar</b> por serviços não ligados às atividades fim de ensino e pesquisa.
	D	<b>É preciso otimizar</b> o uso dos espaços e ofertar mais serviços à comunidade.
	E	Estas e outras medidas <b>precisam ser discutidas</b> . Especialmente as que aumentam a oferta de serviços cobrando de quem pode pagar.
<b>Texto 7</b>	A	<b>Precisamos inverter a lógica que nos aniquila</b> , olhar noutra direção e recorrer a esse manancial de capacidades disponíveis a favor do futuro.
<b>Texto 8</b>	B	A grave situação em que se encontra hoje a Uerj <b>não pode ser atribuída</b> , unicamente, aos problemas financeiros vividos pelo Estado do Rio de Janeiro e à falta de regularidade nos repasses de recursos para seus gastos.
	C	Os inúmeros eventos e manifestações em solidariedade à Uerj e contra a sua indigente situação são mais do que valiosos, mas <b>devem apresentar</b> soluções factíveis e <b>não podem servir</b> apenas de palco para o populismo.
<b>Texto 10</b>	A	Em segundo lugar, <b>precisamos reunir</b> as melhores cabeças do país e, talvez, uma consultoria internacional, para repensarmos o sistema público de ensino superior em geral.
	B	<b>Precisamos conceber</b> uma universidade que seja pública nos seus propósitos, mas autossuficiente no seu financiamento. Que saiba gerar seus próprios recursos, que saiba atrair filantropia, que tenha contribuição de ex-alunos. Que tenha uma dotação inicial relevante ( <i>endowment</i> ), com gestão financeira e pedagógica profissional e despolitizada. O orçamento público <b>tem de ser</b> , prioritariamente, para ensino fundamental e médio. A universidade brasileira <b>vai ter que aprender</b> a viver com recursos próprios, só contando com dinheiro alguns projetos específicos.
	C	Nessa linha, <b>devemos ver</b> os diferentes formatos praticados no mundo, estudando as universidades de sucesso nos diferentes países. E adotar um que sirva para o Brasil. Na medida em que a universidade se torne autossuficiente, ela <b>deverá recrutar</b> professores em todo o mundo, com aulas em português, inglês e espanhol.

Principalmente – mas não só – nos artigos que propõem outras maneiras de financiamento do ensino superior, que não sejam oriundas somente do Estado, o texto com um tom normativo descreve atitudes que deveriam ser tomadas pela administração da universidade: “isso-deve-ser-assim”. Esse tom é construído, principalmente, a partir de utilização de verbos modais como *dever*, *ter*, *precisar*, *necessitar*, dando aos textos um caráter de guia do que deve ser feito para se alcançar a solução da crise e instituindo um etos (MAINGUENEAU, 1997) de autoridade do enunciador. A partir da sua enunciação, ele estaria sendo autorizado a determinar

o que deve ser feito em relação às universidades públicas. Ele se coloca como um especialista capaz de julgar o que a universidade *deve* fazer. Com isso, ele coloca em cena aquilo que, supostamente, ela estaria deixando fazer, numa espécie de julgamento público da gestão universitária.

Os modalizadores “poder” e “dever” expressam tanto possibilidade quanto capacidade ou permissão. Todavia, nos excertos eleitos, tendo em vista os gêneros em questão, predominantemente constituídos por tipologias narrativas, apostamos no seu caráter normativo, de uma enunciação de verdade incontestável. Fortalece esse caráter normativo o uso das locuções verbo ser + necessário e verbo ser + preciso.

Criar efeitos de sentido por meio do discurso que remetam à uma posição de autoridade em um assunto é uma forma de argumentação que minimiza a ausência de argumentos que sejam condizentes com a realidade, outorgando-lhes um caráter de cientificidade que não possuem. No entendimento de Coracini “é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere” (CORACINI, 1991, p. 113).

Além de um tom normativo, é muito comum que as discussões sobre a universidade sejam avaliadas como “ideológicas” ou “politizadas”. Em um curso <sup>1</sup>dado no Rio de Janeiro, no início de 2020, Suely Rolnik perguntou aos participantes o porquê de estarmos ali. Falei sobre o nosso grupo de pesquisa, como relacionávamos as leituras sobre Análise do Discurso e Esquizoanálise e que, inclusive, uma das últimas leituras tinha sido o seu livro, *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada* (2018). Falei, também, que minha pesquisa procurava investigar o embate discursivo que aconteceu durante o período da “crise da UERJ”. Em resposta, uma frase dela reverberou em mim: “a resistência, na universidade, requer a saída da *explicação* para a *implicação*”, a qual eu completo: ao fazer uma ciência da explicação, a universidade se distancia da realidade, na busca de uma neutralidade que separa o conhecimento do estar no mundo.

Se a universidade estivesse mais atenta a suas implicações, talvez não fosse tão problemática a discussão sobre política na academia, em que a própria palavra “política” parece arrepiar os cabelos de intelectuais que creem que a ciência não deve ter qualquer tipo de relação com ela. Para eles, essa palavra só tem conotação partidária – o que a desqualificaria –, mas esquecem que estar no mundo e se relacionar com outros é um constante mover político. A

---

<sup>1</sup> Curso “À escuta de futuros em germe – Como sustentar-se nos abismos de uma civilização em colapso”, realizado em 07 de março de 2020, no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica.

própria escolha por uma suposta neutralidade é uma escolha política. O que precisa ser lembrado é que no interior da universidade

reaparecem divisões sociais, diferenças políticas e projetos culturais distintos, ou seja, a universidade é uma instituição social e, nessa qualidade, ela exprime em seu interior a realidade social das divisões, das diferenças e dos conflitos. O que é angustiante é a universidade querer sempre esconder isso e deixar que só em momentos específicos – por exemplo, na eleição de um reitor, na discussão de um estatuto – essas coisas aflorem. Por esse motivo, a universidade nunca trabalha os seus próprios conflitos internos. Ela periodicamente opera com eles, mas ela se recusa, em nome de sua suposta vocação científica, a aceitar aquilo que é a marca do Ocidente: a impossibilidade de separar conhecimento e poder. (CHAUÍ, 2001, p. 120)

Nos trechos a seguir, é possível acompanhar como essa recusa à política se materializa discursivamente em determinados momentos, principalmente quando a discussão em pauta é o financiamento da universidade pública:

Localização		Excerto
Texto 1	A	Passados os piores momentos da crise que atingiu a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), devemos <b>deixar de lado interesses, ideologias e posições políticas</b> para refletirmos sobre a situação de uma das mais importantes instituições de ensino do país.
Texto 2	B	Já o pobre, com formação educacional mais frágil, precisa pagar a faculdade privada, onde o ensino, salvo exceções, é de mais baixa qualidade. Assim, completa-se uma gritante injustiça social, <b>nunca denunciada por sindicatos de servidores e centros</b>
Texto 4	C	Além do corte de verbas, a crise da universidade tem tudo a ver com <b>sua rendição ao corporativismo, ao partidarismo</b> , desprezando o mérito e sem um pacto de qualidade com a sociedade. Ao longo de anos <b>foram tantas greves</b> que a população chega a imaginar que a atual paralisação da Uerj é <b>apenas mais uma delas</b> , não decorre da falta de recursos por irresponsabilidade do governo estadual.
Texto 5	D	Mas há receitas não auferidas, por decisões no mínimo questionáveis, e que a crise atual deve pôr em xeque. Isso nada tem a ver com privatização ou <b>outro discurso ideológico</b> , mas de defender a universidade pública, porém sustentável.
Texto 10	E	Precisamos conceber uma universidade que seja pública nos seus propósitos, mas autossuficiente no seu financiamento. Que saiba gerar seus próprios recursos, que saiba atrair filantropia, que tenha contribuição de ex-alunos. Que tenha uma dotação inicial relevante ( <i>endowment</i> ), <b>com gestão financeira e pedagógica profissional e despolitizada.</b>

<b>Texto 11</b>	<b>F</b>	No ensino superior público há, ainda, várias experiências bem-sucedidas de prestação de serviços a empresas, outra fonte de recursos. Uma barreira a isso é a <b>distorcida politização</b> de universidades públicas.
-----------------	----------	--

Para desqualificar um determinado posicionamento acerca das políticas universitárias, foram utilizados vocábulos como *corporativismo*, *partidarismo*, *ideológico* e *distorcida politização*. Isso aponta para uma falsa impressão de que haveria um discurso totalmente neutro e, por isso, mais eficiente para a gestão da universidade, que, como aparece no excerto (10E) deve ser *profissional e despolitizada*. Esses excertos expõem uma crença de que existe um “padrão” de movimentos universitários em associar questões políticas – sempre como sinônimo de partidarismo – a questões administrativas. Numa perspectiva neoliberal, esse “padrão” precisa ser desqualificado.

Em (2B), por exemplo, ao se colocar em cena *sindicatos de servidores* e *centros acadêmicos*, é atribuída a esses grupos a responsabilidade por denunciar o que o texto classifica como *injustiça social*. Identifico aqui uma ironia: esses grupos são responsáveis por representar as vozes de estudantes e servidores em embates políticos, o que, muitas vezes, envolve a exposição de problemas da universidade. O enunciador, desse modo, faz uma acusação a essas associações, apontando que o posicionamento delas não levaria em conta a desigualdade do acesso de estudantes à universidade. Já o excerto (4C) estabelece uma causalidade entre a crise e a politização da universidade. Mais a frente, desqualifica o movimento de greve, indicando que a paralisação da UERJ não teria credibilidade diante da população por conta de tantas outras que ela já teve ao longo dos anos. Lembramos aqui de Foucault, para quem não há “estruturas permanentes que constituem a realidade; e o discurso, como prática social, é produzido desde relações de poder e não deve mais ser tratado como conjunto de signos, e sim como prática, que, em lugar de representar, de somente designar, pode construir os objetos sobre os quais fala” (FOUCAULT, 2015, p. 55).

A prática de se colocar a universidade pública como um gasto e não um investimento não é recente e para que seja mantida, é preciso fazer com que as pessoas acreditem que existe uma má gestão dos seus recursos. Essa gestão estaria comprometida quando há a politização ou ideologização de suas práticas, já que ela deveria ser neutra. E se há ineficiência, é preciso que venha uma interferência externa. A desqualificação do Outro funciona como prática discursiva que produz uma política de destruição, como sinaliza Rocha:

A aliança entre a racionalidade neoliberal e o neoconservadorismo exige, para legitimar suas ideologias, a desqualificação de seus alvos: fica mais fácil o ataque à coisa pública, aos pobres, às mulheres, aos negros, aos indígenas, ao meio ambiente, enfim, a tudo aquilo que no planeta pode se interpor aos interesses do capital, se esses alvos são apresentados como inferiores ou não merecedores de uma existência digna. Naturaliza-se um pretense *deficit* encontrado precisamente naquilo que incomoda e que se deseja aniquilar. (ROCHA, 2020, p. 4)

Seguindo a lógica dessa política de destruição, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo é crítico ao Estado, ele tenta absorvê-lo e transformá-lo. É uma relação de parasitagem, em que o mercado ao mesmo tempo em que elege um “bode expiatório” para atribuir a razão de seus fracassos, consegue se apresentar como solução para os problemas que ele mesmo criou. É o que acontece com a discussão sobre a eficiência da administração da universidade pública.

Durante a “crise da UERJ”, o Estado do Rio de Janeiro deixou de repassar verbas e atrasou o salário dos servidores, mas não deixou de conceder isenções fiscais – no mínimo duvidosas – a empresas privadas. Sem ter como arcar com seus compromissos financeiros, a universidade parou. Essa situação abriu caminho para que fossem discutidas “novas formas de financiamento” para as universidades públicas, o que, sabemos, nada mais eram do que propostas de privatização:

Localização		Excerto
Texto 1	A	A verdade é que as universidades públicas brasileiras precisam <b>modernizar suas ferramentas de gestão, aprimorar sua governança e encontrar novas formas de financiamento. Mesmo respeitando sua autonomia</b> , precisamos, juntos, enfrentar estas questões e discutir as novas prioridades.
Texto 2	A	Numa abordagem mais ampla dos efeitos da maior crise fiscal de que se tem notícia na história republicana do país, em qualquer discussão sobre alternativas <b>a lógica</b> aconselha a que <b>se busquem opções para financiar serviços prestados pelo Estado.</b>
	B	Para combater uma crise nunca vista, <b>necessita-se de ideias nunca aplicadas.</b> Neste sentido, por que não aproveitar para acabar com o ensino superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social?

Texto 4	C	Diante do previsível esgotamento fiscal do Estado, <b>a universidade precisa ser mais eficiente na gestão dos recursos que recebe e na captação de verba complementar em fontes não estatais</b> , como fazem as universidades em todo o mundo.
Texto 5	A	Diante deste quadro estarrecedor, <b>faz-se necessário repensar o financiamento da Uerj</b> . Não que se queira reduzir o financiamento público, muito pelo contrário; ele precisa aumentar: a universidade pública e de qualidade é uma conquista da sociedade fluminense. <b>Mas se as receitas próprias saltarem de 1% para 3% ou 5% já serão possíveis grandes melhorias</b> numa universidade que há anos investe zero.grandes melhorias numa universidade que há anos investe zero.
	B	Primeiro, <b>deve-se cobrar por serviços não ligados às atividades fim de ensino e pesquisa</b> . O exemplo óbvio é o estacionamento, que movimenta três mil carros por dia. Não cobrar <b>significa retirar recursos da universidade, para favorecer funcionários e alunos mais abastados</b> .
Texto 10	A	A crise da Uerj revela não apenas a <b>falência</b> do Estado do Rio, mas também de <b>um modelo de financiamento da universidade</b> no Brasil
	B	Precisamos conceber uma universidade que seja pública nos seus propósitos, <b>mas autossuficiente no seu financiamento</b> . Que saiba <b>gerar seus próprios recursos</b> , que saiba <b>atrair filantropia</b> , que tenha <b>contribuição de ex-alunos</b> .

Percebo nos trechos destacados o uso recorrente de vocábulos que remontam a um ambiente empresarial, como *ferramentas de gestão, governança, eficiência, receitas, falência*. Isso ilustra o quanto as discussões sobre a universidade pública têm se afastado de sua democratização e se aproximado de uma lógica de mercado que busca produtividade e lucro.

Em (1A), o uso dos verbos *modernizar* e *ultrapassar* pressupõe que a administração financeira da universidade não está de acordo com as normas de um determinado tempo. Nesse novo tempo, então, seria preciso adotar *novas formas de financiamento*. Em seguida, o uso da concessiva *mesmo* integra ao discurso um outro ponto de vista, que se oporia à opinião do enunciador, trazendo a questão da autonomia universitária que poderia ser ameaçada. O recurso da concessiva remete a uma possível abertura do enunciador ao diálogo, mas ele sustenta seu ponto de vista convocando o coenunciador, através do vocábulo *juntos*, a *discutir as novas prioridades*.

Os demais excertos do quadro seguem essa mesma construção de um anterior ultrapassado que deve dar lugar ao novo. Em (2A), o enunciador aponta a busca por opções de financiamento como *lógica* do modelo atual incoerente, segundo ele, incoerente. Em (2B) a *solução* para resolver os problemas desse modelo é *acabar com o ensino superior gratuito*, que seria *um mecanismo de injustiça social*. No texto, a explicação para essa “injustiça” é que pessoas mais pobres não teriam acesso à educação básica de qualidade, por isso não conseguem chegar à universidade pública. Essa leitura de mundo simula uma defesa da igualdade, mas tem a ver com a origem do ensino superior em nossa sociedade, cujas bases vêm de uma oligarquia reacionária que tenta, a todo custo, manter seus privilégios, e impedir que pessoas “não qualificadas” acessem espaços “qualificados”.

Para resistir a esse tipo de lógicas privatista, a universidade vai precisar redefinir sua convivência em comunidade, pois estamos cedendo a uma lógica hierarquizada de trabalho. Os primeiros afetados pela crise foram os funcionários terceirizados da universidade. Já em 2014 e 2015 eles estavam com salários atrasados e empregos ameaçados. No entanto, a universidade só começou a parar quando o salário dos servidores começou a ser afetado. Isso indica uma espécie de organização hierárquica, típica do modelo empresarial, em que determinados trabalhadores parecem ter maior importância que outros. Para quem acompanha a rotina da universidade, não é novidade que as condições de trabalho de terceirizados são bastante complicadas. Mesmo exercendo funções essenciais, como limpeza, manutenção e segurança, têm um vínculo instável com seus empregos, salários constantemente atrasados e, vez ou outra, a incerteza da continuidade do contrato da empresa com o Estado.

Em alguns textos, confirmamos que esta parte do quadro da universidade não é vista como parte dela:

Localização		Excerto
Texto 3	A	Além do corpo da nossa sociedade “uerjiana”, formado pelos <b>estudantes e servidores (técnico-administrativos e docentes)</b> , existe um valoroso e enorme contingente de pessoas envolvidas no seu funcionamento.
Texto 6	B	A falta de repasses de manutenção e custeio vem criando um cenário de desânimo que contagia <b>a todos nos campi</b> Maracanã, São Gonçalo, Ilha Grande, Duque de Caxias, Teresópolis, Nova Friburgo e Rezende. A tristeza é profunda nos semblantes de <b>professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes</b> .



Texto 8	C	Quem integra a <b>comunidade da Uerj</b> , seja como <b>aluno, professor</b> ou <b>servidor</b> , sabe que lá sempre se viveu sem conforto e com estrutura e recursos restritos, dependendo-se, sobretudo, da dedicação acadêmica e do altivo espírito do seu <b>corpo docente e de servidores</b> .
---------	---	--

Em (3A), o uso do advérbio *além*, no início do período, mostra que aqueles que não se enquadram nas categorias *estudantes* e *servidores*, estão para fora do “corpo da sociedade ‘uerjiana’”. Já em (6B), quando se fala dos efeitos provocados pela falta de verbas, o uso do pronome *todos* dá uma ideia de que todos aqueles que frequentam a universidade estão sendo atingidos. No entanto, o detalhamento desse pronome, que vem logo a seguir, só inclui *professores, funcionários técnico-administrativos* e *estudantes*, havendo, assim, o apagamento dos terceirizados. O mesmo ocorre em (8C), já que no grupo que o autor chama de “comunidade da Uerj”, o aposto que vem a seguir só menciona *aluno, professor* e *servidor*. Além disso, eles não são incluídos no grupo responsável pelo funcionamento da universidade, já esse acontece graças a dedicação do *corpo docente* e dos *servidores*.

Pode-se argumentar que a ausência desse grupo de trabalhadores no corpo da universidade acontece porque não existe um vínculo direto com ela, já que este é com a empresa e pode ser temporário. No entanto, há funcionários terceirizados com mais tempo de trabalho na UERJ que muitos servidores efetivos. Além disso, a transitoriedade dos alunos é maior que a dos terceirizados. O apagamento dessa categoria só reproduz uma lógica neoliberal de relação de trabalho hierarquizada.

Esse tipo de divisão, muitas vezes, é responsável pelo enfraquecimento de uma resistência mais coletiva quando há um ataque à universidade. Os terceirizados já estavam há meses sem receber, mas era mantida uma certa normalidade na instituição, que só foi interrompida quando eles, em protesto – e com razão –, pararam seus serviços e viraram lixeiras pelos corredores. E essa hierarquização costuma se repetir, guardadas as devidas proporções, entre técnicos administrativos e docentes durante greves e assembleias, mostrando que

o poder tem tal alcance e está tão disseminado no múltiplos lugares da vida social que, em certos casos, pode levar a abusos e a patologias do poder que estão conectadas ou sintonizadas como segmentos importantes do mundo social e político, tão extensos, capilarizados e disseminados no mundo social que não se restringem nem poderiam estar limitados ao campo circunscrito na esfera estatal. A prática efetiva do poder, desde o começo do século XX, não se limita ao âmbito do Estado; antes disso, está circulado a uma série de parceiros e instituições que compartilham, numa gigantesca rede, todo um domínio de poder e de intervenção social que vai das grandes instituições até os pequenos acontecimentos e relações interpessoais. (CASTELO BRANCO, 2015, p. 72)

A crise da universidade só vira crise quando afeta o pagamento dos estatutários, principalmente dos professores. Quando os alunos ficam sem bolsa, quando os recursos se tornam escassos, quando os terceirizados têm seus salários atrasados, a engrenagem universitária continua girando. Isso é resultado de uma naturalização de diversas microcrises que são apagadas na rotina universitária.

A racionalidade neoliberal engendra no cotidiano da universidade a naturalização de determinadas práticas que produzem subjetividades empresariais. Isso se reflete em argumentos meritocráticos e no apagamento de crises quase que estruturais da instituição. Trata-se de um processo de subjetivação que cria indivíduos empreendedores de si, que se submetem a condições precarizadas de trabalho em prol de melhores resultados em avaliações, como afirmam Dardot e Laval:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 16)

Alguns exemplos de como essas subjetividades se manifestam certas práticas discursivas:

Localização		Excerto
Texto 1	A	A produção científica evoluiu muito, e <b>todos os rankings atuais</b> apontam a Uerj como uma das melhores universidades do país.
Texto 2	A	<b>Se antes da crise econômica</b> , a USP, por exemplo, <b>já tinha dificuldades para pagar as contas</b> , com a retração das receitas tributárias o quadro se degradou. A mesma dificuldade se abate sobre a Uerj, no Rio de Janeiro, com o aperto no caixa fluminense.
Texto 3	A	Não é preciso aqui dissertar longamente sobre a importância da Uerj. Para se ter ideia, <b>somos a oitava universidade do país em pesquisa, a quarta em internacionalização de suas atividades e a 12ª na inserção de seus graduados no mercado de trabalho</b> . E estamos presentes em mais de 30 municípios fluminenses.
Texto 5	A	<b>Não é de hoje o abandono da educação no estado</b> , mas o agravamento foi tal que na Uerj funcionários e professores decidiram por acachapante maioria entrar em greve.

<b>Texto 7</b>	A	Diversas <b>agências de avaliação</b> , nacionais e internacionais, confirmam que a Uerj está entre as maiores universidades da América Latina.
	B	Excelência em formação de quadros; podemos dizer que o coração da Uerj bate em função de <b>formar pessoas com perfil profissional de alto impacto</b> .
<b>Texto 8</b>	A	Quem integra a comunidade da Uerj, seja como aluno, professor ou servidor, sabe que <b>lá sempre se viveu sem conforto e com estrutura e recursos restritos</b> , dependendo-se, sobretudo, da dedicação acadêmica e do altivo espírito do seu corpo docente e de servidores.
<b>Texto 9</b>	A	<b>A carreira universitária é árdua</b> e depende de uma série de etapas de formação a serem cumpridas. Quem se dedica a ela tem que fazer, além do curso superior, mestrado, doutorado, alguns anos de pós-doutoramento e, <b>só depois disso</b> , consegue disputar <b>concursos cada vez mais concorridos</b> , nas poucas universidades públicas, onde se concentra grande parte da atividade de pesquisa desenvolvida no país.

Nos excertos (1A), (3C), (7A) e (7B), são trazidas outras vozes para legitimar a importância da UERJ. Essas vozes são representadas por rankings nacionais e internacionais que, muitas vezes, funcionam como critério meritocrático para a concessão de bolsas de pesquisa, por exemplo. Esses critérios acabaram se tornando a razão de ser da universidade: mesmo durante a “crise da UERJ”, quando não havia condições mínimas de funcionamento, foi defendido que a Pós-graduação não podia parar porque precisava cumprir prazos e atender às avaliações dos órgãos de fomento. Isso ilustra bem a afirmação de Rocha:

Como arremedo de progresso, uma certa retórica meritocrática impede o exercício da imaginação crítica e só reconhece como novidade possível a indefinida reprodução do capital. Na verdade, qualidade sempre foi um objetivo a ser alcançado, mas nem sempre se entendeu por qualidade aquilo que hoje se expressa em conformidade com a lógica do mercado. Também sempre se assistiu à mesclagem de saberes que se acumulam e se alteram, mas apenas recentemente se tem buscado contabilizar essas modificações em nome de uma formação permanente. (ROCHA, 2020, p. 245)

Entendo que, num momento em que estamos sofrendo ataques diretos do mercado e do Estado, como os que aconteceram na “crise da UERJ”, assinalar a importância da universidade a partir do único argumento que eles parecem entender - o meritocrático - possa ser um mecanismo de defesa. O que tento sinalizar aqui é que já estamos tão subjetivados pelo

neoliberalismo que passamos a acreditar que esse é realmente o único argumento para defender a existência da universidade pública.

Enquanto isso, os excertos (2A), (5A), (8A) e (9A) demonstram o apagamento de diversas dificuldades que o ensino superior enfrenta todos os dias, mas que são silenciadas por uma lógica do trabalho que prioriza a produtividade. Quando se afirma que *lá sempre se viveu sem conforto e com estrutura e recursos restritos*, normalizam-se condições de trabalho e estudo precárias. Assim como se naturaliza a concorrência e a precarização do trabalho quando se utiliza como argumento para a valorização do trabalho docente a justificativa de que a *carreira universitária é árdua*.

Talvez esse último quadro seja o que melhor ilustra o que venho tentando mostrar com este trabalho: a captura das micropolíticas universitárias pelo neoliberalismo resulta na naturalização de práticas que refletem sua racionalidade. Pressupomos que é característica intrínseca do serviço público estar em condições ruins e nos conformamos; assim como pressupomos que para ter uma carreira de sucesso, são necessários sacrifícios e a submissão a avaliações cada vez mais rigorosas e com critérios que estimulam a individualidade nas relações de trabalho.

É preciso começar a inverter essa lógica.

## O QUE PODEMOS FAZER COM ISSO?

O que tentei fazer com esta pesquisa não foi criar uma culpabilização da universidade, atribuindo a ela a responsabilidade pelos ataques que tem sofrido. Meu intento foi identificar quais são os espaços micropolíticos em que estão sendo reproduzidas as lógicas de uma governamentalidade neoliberal que já se apropriou das relações de trabalho e de produção de conhecimento no ambiente universitário. Acredito que, a partir disso, poderemos começar a delinear um caminho para “descafetinar” nossas subjetividades (ROLNIK, 2018) e evitar a captura de nossas insurgências pelo neoliberalismo.

A leitura dos artigos de opinião possibilitou a identificação de uma racionalidade neoliberal que atravessa os discursos sobre a universidade, mesmo que pareçam estar tentando se afastar dela. Se por um lado temos enunciados que pretendem comprovar a ineficiência da gestão administrativa da universidade, por outro temos uma defesa pautada na produção acadêmica e na formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Em ambos, a argumentação se constrói a partir do discurso da eficiência. A produção desses discursos e sua publicação em jornais colocaram subjetividades em crise pelo medo da perda de direitos, da possibilidade do fim do que se conhece como universidade pública.

A discussão que levanto a partir disso, então, é: se na esfera macropolítica o histórico da universidade está atrelado ao embate com o regime de poder vigente, na micropolítica, estamos reforçando práticas neoliberais, em avaliações, relações de trabalho e práticas de ensino pautadas em coeficientes de produção. Só nos mobilizamos quando há uma ameaça externa, mas temos nos deixado capturar por uma lógica capitalista de trabalho. Talvez aí resida a real necessidade de uma autocrítica. A universidade vive, diariamente, crises micropolíticas que são naturalizadas ao ponto de serem apagadas. Não estou afirmando, com isso, que não exista a necessidade da luta na esfera macropolítica. É a partir dela que tentamos, no mínimo, a manutenção de direitos já conquistados. Mas o fato de nunca olharmos para as micropolíticas universitárias, ou não lidarmos com suas crises intrínsecas, põe em xeque a resistência aos ataques do governo, enfraquecendo a coletividade e fortalecendo o neoliberalismo ao reproduzir seus *modus operandi* nas relações acadêmicas.

Continuamos naturalizando a busca constante por coeficientes de produtividade e pontuação nas avaliações, a precariedade da estrutura em que trabalhamos e estudamos todos os dias, as condições de trabalho dos terceirizados, o baixo salário dos professores contratados, a postura de professores que não acolhem o aluno trabalhador que tem pouco tempo para ler o

material. São realidades que estão no nosso dia a dia, mas que não são o suficiente para se configurarem como crises.

Sendo assim, a estratégia neoliberal de governar com base no medo e na insegurança atinge a universidade com força porque encontra um terreno frágil, em que as relações tendem a estar enfraquecidas pelo discurso da administração despolitizada. A crise na universidade não está ligada somente à falta de verbas; a crise na universidade está, também, no fato de que temos ignorado a esfera micropolítica. Precisamos fortalecer as relações coletivas para resistir ao modelo neoliberal de gestão.

Precisamos, também, rever as relações de poder que são baseadas em burocracia. Criou-se uma hierarquia: na base, os terceirizados e contratados, depois os alunos, técnicos administrativos e, no topo, os professores. Mas como o poder é relacional, isso vai variar conforme as necessidades de cada um. Por exemplo: alguns cargos de chefia só podem ser ocupados por professores, mas se um professor precisa de um carimbo ou do andamento de um processo, o técnico administrativo pode se utilizar da burocracia e inverter essa estrutura. Já ouvi, por exemplo, que tempo de serviço é o que define a hierarquia nas relações de trabalho.

Existe uma parcela daqueles que se dizem contra o neoliberalismo, que só adota essa postura no que diz respeito ao financiamento da universidade, mas quando se trata das relações políticas, da postura de trabalho ou da relação com a produtividade, a conduta é outra. A conta não é simples e desnaturalizar o olhar para essa questão requer que a atenção esteja nas micropolíticas universitárias. O corpo universitário só paralisa quando o colapso é no pagamento dos salários de servidores efetivos e no financiamento da universidade. Mas o que temos feito com os resultados de nossos movimentos de luta? Por exemplo, a política de cotas garantiu o acesso de milhares de estudantes às universidades, mas o que tem sido feito para a permanência desses estudantes em seus espaços? Em que horário as disciplinas estão sendo ofertadas? Como é o funcionamento das secretarias dos Institutos? Como os alunos são tratados em salas de aula?

O que busquei aqui foi iluminar como nossas práticas micropolíticas produzem reflexos nos embates na esfera macropolítica. Há, ainda, muitos outros pontos que poderiam ser aprofundados a partir dos textos que trouxe para esta pesquisa. Considerando a perspectiva cartográfica que adotei para este trabalho e seu caráter rizomático, entendo que esta dissertação é apenas um ponto de convergência numa rede de forças e há ainda muitos caminhos que poderiam ser aprofundados ou explorados: a investigação sobre as coerções que produzem as diferenças entre cada uma das formações discursivas ou o aprofundamento dos processos de subjetivação durante a “crise da UERJ”.

Talvez seja preciso encontrar formas de resistência que estejam mais focadas em ações micropolíticas e um pouco menos na luta contra o Estado. Poderíamos, por exemplo, ressignificar o sentido do que é política dentro da academia, assumindo que pesquisar também é um ato político e incentivando a coletividade do trabalho em vez da concorrência. Seriam modos de produção de vida, em que a luta macropolítica se fortaleceria como resultado de ações capilarizadas. Ressignificar sentidos, trazer à tona a produção de vida e fazer do processo de desterritorialização um impulso para a coletividade e luta.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Marcus. Educação ou populismo? A Crise da UERJ. *O Globo*, Rio de Janeiro. 23 ago. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/educacao-ou-populismo-crise-na-uerj-21101434#ixzz5QRwmBm69> Acesso em: 07 set. /2018.
- AGUIAR, Katia; ROCHA, Marisa Lopes da. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referências e dispositivos em análise. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 27, n.4, p. 648-663, 2007
- ALVES, Tatiana. UERJ além da crise. *O Globo*, Rio de Janeiro. 24 jan. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/uerj-alem-da-crise-20815706#ixzz5O0z45lgZ>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldí. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 19, p. 25-42, 3 nov. 2012.
- MIKHAIL, Bakhtin. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BUARQUE, Cristovam. Suissinato do Futuro. *O Globo*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/suissinato-do-futuro-21829487>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofia Unisinos*, jan./abr. 2010.
- CASTELO BRANCO, Guilherme. *Michel Foucault: filosofia e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. S. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos – crise e insurreição*. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.
- DARTOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol. I*. Trad. Ana Lucia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto, Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.
- EDITORIAL. Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito. *O Globo*, Rio de Janeiro. 24 jul. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461#ixzz5QibCihKD>. Acesso em: 10 set. 2018.
- EDITORIAL. Crise na Uerj reacende debate sobre universidade gratuita. *O Globo*, Rio de Janeiro. 22 jan. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/crise-na-uerj-reacende-debate-sobre-universidade-gratuita-20806568>. Acesso em: 16 out. 2018.
- ESTEVEVES, Phellipe Marcel da Silva; DEUSDARÁ, Bruno. A polissemia da fórmula “autonomia universitária”. *Cadernos de Letras da UFF, [S.l.]*, v. 28, n. 57, p. 73-96, dez. 2018.



FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

GAMA, Zacarias. A UERJ resiste, mas nada está normal. Justificando. 12 mai. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/05/12/uerj-resiste-mas-nada-esta-normal/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica Cartografias do Desejo*. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

GONÇALVES, Tatiana Jardim. *Sem dor, sem ganho*: uma análise da prática discursiva “motivacional” do fisiculturismo. 2019. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Trad. de Mario Antunes Marino, Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MARQUES, Ruy Garcia. Sem condições de funcionar. *O Globo*, Rio de Janeiro. 22 mai. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/sem-condicao-de-funcionar-19349408> Acesso em: 22/10/2019, 11h19).

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad. de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAIS, Rafael Pinho de; SALVADOR, Pedro Ivo; HEMSLEY, Pedro. Arrecadação alternativa. *O Globo*, Rio de Janeiro. 22 mai. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/arrecadacao-alternativa-19349429#ixzz5QicLxiR6>. Acesso em: 10 set. 2018.

MOURA, Egberto Gaspar de; CAMARGO, Kenneth. Qualidade é a resposta à crise na UERJ. *O Globo*, Rio de Janeiro. 28 mar. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/qualidade-resposta-crise-na-uerj-21121232#ixzz5QRxPr24K>. Acesso em: 07 set. 2018.

PASSOS, Eduardo; BEVENIDES, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PASSOS, Eduardo; BEVENIDES, Regina. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013.

RESENDE, Haroldo de. *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CAPES/CNPQ, 2018

ROCHA, Décio. Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem. *Gragoatá*. Niterói: Ed. UFF, v. 21, p. 355-372, 2006.

ROCHA, Décio. A autocrítica como desafio ético-político de resistência no contemporâneo. *Letras & Letras*, v. 36, n. 1, p. 237-260, 29 jun. 2020. <https://doi.org/10.14393/LL63-v36n1-2020-13>

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea*, v.7, n.2, p. 305-322, jul./dez. 2005.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Dispositivos da análise institucional para explicitação da dimensão política das práticas discursivas. *Revista Moara*, v.47, n.1, p. 108-127, jan./jun. 2017.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

ROLNIK, Suely. *Esféras da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOBRAL, Bruno L. B. O sentido público de uma universidade como a UERJ. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jan. 2017.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília; ROCHA, Décio. Por que ler gênese dos discursos?. *ReVEL*, vol.7, n.13, p.1-25, 2009.

TUTUCA, Gustavo. Mitos e verdades sobre a crise da UERJ. *O Globo*, Rio de Janeiro. 14 jan. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/mitos-verdades-sobre-crise-na-uerj-18468940#ixzz5QiaDPATc>. Acesso em: 10 set. 2018.

## **ANEXO**

### **Texto 1**

#### **Mitos e verdades sobre a crise na Uerj**

Universidades públicas brasileiras precisam modernizar suas ferramentas de gestão, aprimorar sua governança e encontrar novas formas de financiamento

**POR GUSTAVO TUTUCA - 14/01/2016**

Passados os piores momentos da crise que atingiu a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), devemos deixar de lado interesses, ideologias e posições políticas para refletirmos sobre a situação de uma das mais importantes instituições de ensino do país.

O primeiro mito que precisa ser debatido é o que aborda o financiamento da Uerj. Pela narrativa dominante, o governo não envia os recursos mínimos necessários para sua manutenção básica. Mas vamos dar uma olhada nos dados disponíveis no site da própria universidade.

Em 2007, sua receita total foi de R\$ 579 milhões, sendo R\$ 457 milhões provenientes dos cofres do governo do estado. Em 2014, foi de R\$ 1,23 bilhão, sendo R\$ 1,1 bilhão de recursos estaduais. Aqui aparece um primeiro fato: ocorreu um aumento de 141% nos repasses do caixa estadual para a Uerj durante os oito anos dos governos Cabral e Pezão. Descontando-se a inflação, houve um crescimento real de quase 100% no seu orçamento.

Analisando os grupos de despesas empenhadas, percebemos que os investimentos saltaram de R\$ 6 milhões em 2007 para R\$ 75 milhões em 2014. O custeio passou de R\$ 244 milhões para R\$ 426 milhões. E os gastos com pessoal pularam de R\$ 372 milhões para R\$ 815 milhões. E é aqui que encontramos um segundo fato muito importante: a Uerj, atendendo a uma demanda histórica da sua comunidade e com a aprovação dos sindicatos, do governo e do Parlamento estadual, passou a gastar a maior parte do aumento real da sua receita com a recomposição e valorização do seu quadro de servidores.

Graças a novos concursos, ao adicional por dedicação exclusiva e aos novos planos de carreira, houve um incremento na média salarial de professores e técnicos e um aumento expressivo do número destes últimos (de 3.374 em 2007 passaram a 5.845 em 2014). A assistência estudantil também foi ampliada. Inauguramos o restaurante universitário, e o número de bolsas de graduação subiu de 2.004 para 8.587.

Segundo mito: a Uerj vive um caos. Não é bem assim. É claro que, como o resto do governo, das empresas e das famílias, a universidade enfrenta graves problemas causados pela crise econômica. Mas os dados indicam que sua evolução é constante, apesar dos desafios que

ainda temos com sua infraestrutura e manutenção. A política de cotas, por exemplo, foi consolidada, e não há grandes diferenças no desempenho de cotistas e não cotistas. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* subiram de 64 para 92, e o total de programas considerados de excelência pela Capes também cresceu. O percentual de professores doutores passou de 57% em 2007 para 79% em 2014 e já está maior com as 500 vagas de 2015. A produção científica evoluiu muito, e todos os rankings atuais apontam a Uerj como uma das melhores universidades do país. E, apesar do aumento do gasto com pessoal, a situação financeira é equilibrada. A Uerj gasta cerca de 62% de sua receita total com seus servidores, enquanto a USP, por exemplo, gasta 105%.

Último mito: mandem mais dinheiro que todos os problemas serão resolvidos. Não parece ser simples assim. Basta comparar a percepção atual sobre a Uerj com o crescimento de seu orçamento nos últimos anos. E, com a economia em recessão e a sociedade demandando mais investimentos em saúde, segurança, mobilidade e educação básica, esta não é uma saída fácil.

A verdade é que as universidades públicas brasileiras precisam modernizar suas ferramentas de gestão, aprimorar sua governança e encontrar novas formas de financiamento. Mesmo respeitando sua autonomia, precisamos, juntos, enfrentar estas questões e discutir as novas prioridades.

Em tempo: até novembro de 2015, a Uerj já havia liquidado despesas num total de quase R\$ 1,3 bilhão. Apesar da crise, devemos fechar o exercício com um aumento de cerca de 10% em relação ao ano anterior. A Uerj continua sendo fundamental para todos nós.

*Gustavo Tutuca é secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro*

## Texto 2

### **Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito**

Os alunos de renda mais alta conseguem ocupar a maior parte das vagas nos estabelecimentos públicos, enquanto aos pobres restam as faculdades pagas

POR EDITORIAL - 24/07/2016 0:00 / atualizado 04/08/2016

Numa abordagem mais ampla dos efeitos da maior crise fiscal de que se tem notícia na história republicana do país, em qualquer discussão sobre alternativas a lógica aconselha a que se busquem opções para financiar serviços prestados pelo Estado. Considerando-se que a principal fórmula usada desde o início da redemocratização, em 1985, para irrigar o Tesouro — a criação e aumento de impostos — é uma via esgotada.

Mesmo quando a economia vier a se recuperar, será necessário reformar o próprio Estado, diante da impossibilidade de se manter uma carga tributária nos píncaros de mais de 35% do PIB, o índice mais elevado entre economias emergentes, comparável ao de países desenvolvidos, em que os serviços públicos são de boa qualidade. Ao contrário dos do Brasil.

Para combater uma crise nunca vista, necessita-se de ideias nunca aplicadas. Neste sentido, por que não aproveitar para acabar com o ensino superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social? Pagará quem puder, receberá bolsa quem não tiver condições para tal. Funciona assim, e bem, no ensino privado. E em países avançados, com muito mais centros de excelência universitária que o Brasil.

Tome-se a maior universidade nacional e mais bem colocada em rankings internacionais, a de São Paulo, a USP — também um monumento à incúria administrativa, nos últimos anos às voltas com crônica falta de dinheiro, mesmo recebendo cerca de 5% do ICMS paulista, a maior arrecadação estadual do país.

Ao conjunto dos estabelecimentos de ensino superior público do estado de São Paulo — além da USP, a Unicamp e a Unesp — são destinados 9,5% do ICMS paulista. Se antes da crise econômica, a USP, por exemplo, já tinha dificuldades para pagar as contas, com a retração das receitas tributárias o quadro se degradou. A mesma dificuldade se abate sobre a Uerj, no Rio de Janeiro, com o aperto no caixa fluminense.

Circula muito dinheiro no setor. Na USP, em que a folha de salários ultrapassa todo o orçamento da universidade, há uma reserva, calculada no final do ano passado em R\$ 1, 3 bilhão. Mas já foi de R\$ 3,61 bilhões. Está em queda, para tapar rombos na instituição. Tende a zero.

O momento é oportuno para se debater a sério o ensino superior público pago. Até porque é entre os mecanismos do Estado concentradores de renda que está a universidade pública gratuita. Pois ela favorece apenas os ricos, de melhor formação educacional, donos das primeiras colocações nos vestibulares.

Já o pobre, com formação educacional mais frágil, precisa pagar a faculdade privada, onde o ensino, salvo exceções, é de mais baixa qualidade. Assim, completa-se uma gritante injustiça social, nunca denunciada por sindicatos de servidores e centros acadêmicos.

Levantamento feito pela “Folha de S.Paulo”, há dois anos, constatou que 60% dos alunos da USP poderiam pagar mensalidades na faixa das cobradas por estabelecimentos privados. Quanto aos estudantes de famílias de renda baixa, receberiam bolsas.

Além de corrigir uma distorção social, a medida ajudaria a equilibrar os orçamentos deficitários das universidades, e contribuiria para o reequilíbrio das contas públicas.

### **Texto 3**

#### **Sem condição de funcionar**

Universidade tem registrado ocorrências policiais graves em alguns campi

**Por Ruy Garcia Marques - 22/05/2016**

Estamos chegando ao fim de maio, e a Uerj permanece em greve desde o início de março. Os motivos, já bastante divulgados, são a maior crise de financiamento por que passa nossa universidade em sua história, a defasagem dos vencimentos, o não pagamento de vantagens estabelecidas em lei para os servidores e a luta por melhor assistência aos estudantes.

Não é preciso aqui dissertar longamente sobre a importância da Uerj. Para se ter ideia, somos a oitava universidade do país em pesquisa, a quarta em internacionalização de suas atividades e a 12ª na inserção de seus graduados no mercado de trabalho. E estamos presentes em mais de 30 municípios fluminenses.

Além do corpo da nossa sociedade “uerjiana”, formado pelos estudantes e servidores (técnico-administrativos e docentes), existe um valoroso e enorme contingente de pessoas envolvidas no seu funcionamento.

Determinados serviços, como limpeza, manutenção, coleta de lixo, restaurante universitário e vigilância, dentre outros, nos diversos campi da universidade, são executados por funcionários de empresas especializadas, contratadas por meio de licitação pública.

O governo não pagou em 2016 a nenhuma dessas empresas, e ainda há muitas dívidas dos serviços prestados em 2015. O débito com fornecedores já supera R\$ 150 milhões.

As empresas que prestam os serviços estão estranguladas, e os seus funcionários, sem trabalhar, pois não recebem há mais de quatro meses. Por conseguinte, a Uerj tem registrado ocorrências policiais graves em alguns de seus campus, e o lixo toma conta de seus corredores.

Mesmo em greve, os nossos servidores permanecem desempenhando atividades essenciais que, se paralisadas, ocasionariam graves prejuízos ao Erário e à população do nosso estado.

Apesar das dificuldades, pesquisas continuam, assim como muitas aulas, para cerca de seis mil estudantes, nos mais de cem cursos de mestrado ou doutorado.

Na graduação, paralisada desde março, temos 27 mil alunos, sendo dez mil cotistas, além de mais sete mil estudantes no ensino a distância. Nos ensinos fundamental e médio, são mais 1.100 estudantes sem aulas no Colégio de Aplicação da Uerj, a primeira escola pública do estado e uma das 20 melhores do Brasil.

Assumimos a reitoria em janeiro e somos sensíveis à imensa dificuldade financeira pelo qual passa o Estado brasileiro e, em especial, o Estado do Rio. Entende-se que existem serviços essenciais que precisam ser sustentados, tais como a segurança pública e a saúde. Ocorre que a educação não pode parar. A realidade não pode ser mascarada. Com o fim da greve, as aulas de graduação têm que voltar à normalidade.

Contudo, sem o pagamento dos funcionários das empresas contratadas, a universidade não terá as condições mínimas para receber integralmente os seus alunos. Como será o amanhã? Responda quem puder.

*Ruy Garcia Marques é reitor da Uerj*



#### **Texto 4**

##### **Suissinato do futuro**

Se o Brasil quer encontrar um rumo, precisamos salvar a UERJ

**Cristovam Buarque** - 16/09/2017

O futuro de um país tem a cara de sua escola no presente. Cortar recursos para a universidade é como suspender transfusão de sangue para o país. O que acontece com a Uerj é um exemplo disso; portanto, o futuro do Brasil não parece bonito nem próspero. Ainda mais quando percebemos que a crise é de todo o conjunto de nosso ensino superior.

Embora a falta de verbas seja a causa mais visível, a tragédia tem motivos internos que exigem uma autocrítica. Há décadas a universidade estatal brasileira vem cometendo o suicídio de uma morte anunciada, apressada pelo assassinato por governos irresponsáveis: abandono e acomodamento formam o veneno do “suissinato”.

A qualidade do ensino superior depende diretamente da educação de base. Apesar disso, a universidade assistiu à degradação do ensino infantil, fundamental e médio sem lutar politicamente para forçar prioridade para elas. Também não se dedicou a formar bons professores para nossa educação de base.

A comunidade acadêmica falhou ao não lutar contra a irresponsabilidade fiscal, aplaudindo a construção de estádios e a implantação de programas populistas e fechando os olhos à corrupção, o déficit agora é pago com o corte de verbas. A universidade deve lembrar que a gratuidade é paga com dinheiro do conjunto da sociedade.

Diante do previsível esgotamento fiscal do Estado, a universidade precisa ser mais eficiente na gestão dos recursos que recebe e na captação de verba complementar em fontes não estatais, como fazem as universidades em todo o mundo. Mesmo em tempo de austeridade gastamos mais do que as universidades europeias e asiáticas que estão entre as melhores do mundo.

A universidade se contenta em ser basicamente escada social, pela outorga de diplomas, no lugar de ser alavanca para o progresso, pela inovação do saber em todas as áreas. Está desconectada do setor produtivo. Perdemos a sintonia com os rápidos avanços do conhecimento: considerar carreiras e diplomas como permanentes. Não se internacionaliza nem adota os novos métodos de ensino à distância.

Além do corte de verbas, a crise da universidade tem tudo a ver com sua rendição ao corporativismo, ao partidarismo, desprezando o mérito e sem um pacto de qualidade com a sociedade. Ao longo de anos foram tantas greves que a população chega a imaginar que a atual

paralisação da Uerj é apenas mais uma delas, não decorre da falta de recursos por irresponsabilidade do governo estadual.

Se o Brasil quer encontrar um rumo, precisamos salvar a Uerj e as demais universidades do país da crise financeira do momento. Mas para isso, as universidades precisam salvar a si próprias, fazendo autocrítica, reformando-se para estar à altura dos desafios do conhecimento e, ao mesmo tempo, do esgotamento de recursos.

Abandonar as universidades, como acontece especialmente com a Uerj, é uma forma de assassinar o futuro do Brasil, mas manter a universidade sem uma profunda reforma é cometer suicídio institucional.

*Cristovam Buarque é senador (PPS-DF)*

## **Texto 5**

### **Arrecadação alternativa**

Deve-se cobrar por serviços não ligados às atividades de ensino

**POR RAFAEL PINHO DE MORAIS / PEDRO IVO SALVADOR / PEDRO HEMSLEY**  
- 22/05/2016 0:00

Não é de hoje o abandono da educação no estado, mas o agravamento foi tal que na Uerj funcionários e professores decidiram por acachapante maioria entrar em greve. E receberam o apoio dos estudantes. Os problemas começaram em 2015 com o não pagamento dos funcionários terceirizados — que asseguram o funcionamento do restaurante universitário, dos elevadores, a limpeza e a segurança, que passaram a ser oferecidos, compreensivelmente, de forma precária. O pagamento dos alunos bolsistas, residentes da área de saúde e professores visitantes também ficou irregular. Por fim, o estado passou a atrasar e parcelar também os salários de técnicos e professores concursados.

Diante deste quadro estarrecedor, faz-se necessário repensar o financiamento da Uerj. Não que se queira reduzir o financiamento público, muito pelo contrário; ele precisa aumentar: a universidade pública e de qualidade é uma conquista da sociedade fluminense. Mas se as receitas próprias saltarem de 1% para 3% ou 5% já serão possíveis grandes melhorias numa universidade que há anos investe zero.

Medidas legais e simples podem gerar recursos significativos e autônomos, à margem da ingerência do governo. Há soluções óbvias de redução de desperdício — como a iluminação, hoje ininterrupta, ou a reciclagem do lixo — que precisam ser adotadas. Mas há receitas não auferidas, por decisões no mínimo questionáveis, e que a crise atual deve pôr em xeque. Isso nada tem a ver com privatização ou outro discurso ideológico, mas de defender a universidade pública, porém sustentável.

Primeiro, deve-se cobrar por serviços não ligados às atividades fim de ensino e pesquisa. O exemplo óbvio é o estacionamento, que movimenta três mil carros por dia. Não cobrar significa retirar recursos da universidade, para favorecer funcionários e alunos mais abastados. Uma cobrança de R\$ 5 por usuário/dia geraria mais de R\$ 300 mil por mês. Isso sem contar a receita — que também é própria! — em dias de evento no Maracanã, o que nos conduz ao segundo ponto.

É preciso otimizar o uso dos espaços e ofertar mais serviços à comunidade. Teatros, concha acústica, estacionamento, auditórios, quadra e campo de futebol podem ser alugados quando ociosos. Salas de aula ficam vazias boa parte do dia. Seriam alugadas para cursos de idiomas, computação etc. que dariam desconto a funcionários e alunos.

Há ainda lojas no campus cujos aluguéis não vão para o caixa da Uerj, e potencial para mais lojas. A localização da universidade é privilegiada, e o grande fluxo de pessoas é atraente.

Estas e outras medidas precisam ser discutidas. Especialmente as que aumentam a oferta de serviços cobrando de quem pode pagar. Haveria recursos para investimento, que em crises seriam direcionados para o pagamento dos terceirizados, mantendo a nossa Uerj aberta.

*Rafael Pinho de Moraes, Pedro Ivo Salvador e Pedro Hemsley são professores da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj*

## **Texto 6**

### **A UERJ resiste, mas nada está normal**

Zacarias Gama

Professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Sexta-feira, 12 de maio de 2017

Para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016 é o ano que não terminou graças à crise que atravessa em consequência dos descabros do governo peemedebista do Rio de Janeiro. Depois de sucessivos adiamentos, somente em abril deste ano é que teve início o segundo semestre de 2016. A falta de repasses de manutenção e custeio vem criando um cenário de desânimo que contagia a todos nos campi Maracanã, São Gonçalo, Ilha Grande, Duque de Caxias, Teresópolis, Nova Friburgo e Rezende. A tristeza é profunda nos semblantes de professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes.

A Secretaria de Fazenda só tem liberado a conta-gotas as verbas de custeio, manutenção e salários. Neste ano foram autorizados R\$ 301,7 milhões, ou seja, 27,1% do orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. As liberações de março estão na dependência de um calendário a ser anunciado segundo as possibilidades do Governo do Estado. Enquanto isto, muitas pesquisas importantes para o desenvolvimento estratégico do Estado e do País vão ficando paralisadas ou em compasso de espera, em particular à espera das verbas oriundas da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa (FAPERJ).

Mais de 700 estudantes trancaram as suas matrículas. Uma grande quantidade que resiste, deixa de comparecer às aulas por falta de pagamento das suas bolsas de estudo desde março; os que conseguem manter uma frequência minimamente regular recorrem ao bilhete único de parentes e amigos e esquentam as suas marmitas onde conseguem, já que o bandeirão continua fechado por falta de pagamentos à empresa fornecedora de alimentação.

São muitas as tentativas de funcionários técnico-administrativos e professores de burlar a falta de dinheiro, nem sempre conseguindo evitar o endividamento e o apelo desesperado à agiotagem. Crescem os relatos de volta para a casa dos pais como forma de fugir dos alugueis e dos condomínios caros. Em muitos casos, a renegociação dos contratos de locação tem sido impossível junto a proprietários que se recusam a aceitar servidores como inquilinos e fiadores. Até os bancos estão restringindo empréstimos consignados em folhas de pagamentos.

Há aulas de cursos de graduação ocorrendo publicamente no metrô ou diante do Palácio da Guanabara para chamar a atenção da população, mesmo sem indícios palpáveis de que estejam sensibilizando a sociedade e as autoridades responsáveis pelas políticas de Ciência e Tecnologia do Estado. Da parte da sociedade organizada e do próprio Ministério Público há

expressões formais de pesar e solidariedade, que, no entanto, deixam de ser acompanhadas de qualquer ação mais enérgica. A despeito de tudo são aulas ministradas por abnegados professores e estudantes que não desistem de lutar.

A produção científica, enquanto isto, segue em preocupante suspensão. Qual cientista consegue demonstrar teoremas de ouro com a diligência necessária e ainda evitar a vermelhidão no cheque especial ou o estouro do cartão de crédito? Qual processo de descoberta pode conviver com as contas domésticas atrasadas e as ameaças de interrupção de fornecimento?

Ora, o cientista, como produtor de novos conhecimentos não é um sujeito abstrato, descolado da materialidade mundana. Ele também se angustia, sofre, se estressa e se deprime como qualquer ser concreto, de carne e osso, porquanto não está livre dos comezinhos problemas domésticos e familiares. Seu salário administrado na ponta do lápis é exclusivo para as suas necessidades básicas como qualquer outro mortal. Sua vida financeira, contudo, desequilibrada por fatores alheios à sua vontade, impossibilita-o de manter o fluxo dos seus raciocínios, quebra as suas rotinas de investigação, estressa-o para além de sua capacidade de resistir. As faltas dos assistentes e bolsistas que integram o seu grupo de pesquisa, desnorteiam-no e o fazem perder pistas e *insights*.

É possível que os salários atrasados agravem a fragilidade de alguns e produzam infartos e repentinas síncope formidáveis. Nos últimos quatro meses, três professores-pesquisadores foram acometidos por estes males nas unidades acadêmicas do 9º andar. O estresse decorrente da falta de recebimento dos salários e da necessidade de honrar compromissos financeiros inadiáveis é demais para almas encarceradas em laboratórios e absortos em livros e tratados.

Com tudo isto a Uerj está funcionando a contragosto dos privatistas, mas nada é normal nos seus campi. Quase como nos tempos de cólera do Gabriel Garcia Marques, a única normalidade são os pacotes de maldades dos governantes coléricos, autoritários, insensíveis e antipopulares. A suspensão da produtividade no interior das universidades fluminenses é para eles, quando muito, apenas um efeito colateral fugaz e de somenos importância do enxugamento das contas públicas. Nestes termos, é possível imaginar que sonham com o barateamento da produção científica recorrendo à terceirização de cientistas daqui e de alhures, nomeadamente se os nossos cientistas insistirem com a exigência de receber salários atrasados.

De fato, a UERJ resiste, mas nada está normal! Todo o mais, só com a ajuda dos oráculos!

**Zacarias Gama** é Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e integrante da equipe do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH)

## Texto 7

### **Uerj além da crise**

Educação requer pensar como estadista, e não apenas como governo

POR TATIANE ALVES -24/01/2017 0:00

O espelho estilhaçado da crise produz reflexos divergentes e muita insatisfação para quem fixar o olhar buscando compreender o que está acontecendo a partir, exclusivamente, desse caleidoscópico cenário. Embora não se possa desconsiderar as dimensões aparentes, é preciso perceber além.

Diversas agências de avaliação, nacionais e internacionais, confirmam que a Uerj está entre as maiores universidades da América Latina. Existe há mais de 60 anos e tem em seu corpo praticamente todas as áreas do conhecimento. Trata-se de uma poderosa fonte ao alcance do governo no que diz respeito ao fortalecimento e ao desenvolvimento de políticas públicas.

Excelência em formação de quadros; podemos dizer que o coração da Uerj bate em função de formar pessoas com perfil profissional de alto impacto. É por isso que a universidade tem unidades mediadoras, destacando-se o Hospital Universitário Pedro Ernesto, que garante formação profissional a partir de procedimentos que beneficiam a sociedade e, com o mesmo sentido de qualidade e mérito, o Instituto de Aplicação Fernando Roberto da Silveira (CAp/Uerj).

Em pesquisa, ela se destaca em temas de alta sensibilidade para a ampliação da cidadania, como segurança alimentar e nutrição, telecomunicação, biotecnologia para oncológicos, meio ambiente, solos, questões urbanas, artes, letras, esporte, direito, legislação e tantas outras, inumeráveis.

A extensão universitária na Uerj, com seus mais de 600 projetos, espalhados por praticamente todo o estado, vem garantindo a presença da educação superior pública em cidades que clamam por uma maior integração junto a incentivos que possam trazer melhores condições de vida para aqueles que trabalham e habitam o interior. Destacam-se os projetos com comunidades ribeirinhas, atenção à pessoa idosa, além da participação e parceria técnica em projetos de engenharia, preservação ambiental, cultura, educação e saúde.

Sabemos, o estado está falido, e tudo isso significa investimento. Todavia, é imperioso indagar o que há de comum entre a existência da Uerj, o futuro e o necessário ressurgimento do Estado do Rio de Janeiro a partir de um projeto legítimo de reinvenção da sua economia.

Enxergar a Uerj para além da crise requer dos nossos governantes entendimento da transitoriedade dos atuais problemas, a importância de fomentar ferramentas adequadas a cada

desafio do presente e, sobretudo, o reconhecimento de que educação requer pensar como estadista, e não apenas como governo.

Precisamos inverter a lógica que nos aniquila, olhar noutra direção e recorrer a esse manancial de capacidades disponíveis a favor do futuro. A Uerj quer fazer a sua parte e cumprir o seu papel estratégico mas, para isso, é condição imediata a devolução dos direitos, da isonomia, da remuneração integral do nosso trabalho, daquilo que nos tem sido usurpado em favor de tentativas infelizes de se remendar estilhaços de um espelho.

*Tatiane Alves é professora da Uerj.*



## **Texto 8**

### **Educação ou populismo? A crise na Uerj**

É absurda a condução de concursos públicos para professores titulares com carga horária máxima (40 horas), apesar de haver norma estadual proibindo-os

**POR MARCUS ABRAHAM - 23/03/2017**

A grave situação em que se encontra hoje a Uerj não pode ser atribuída, unicamente, aos problemas financeiros vividos pelo Estado do Rio de Janeiro e à falta de regularidade nos repasses de recursos para seus gastos. Há outros elementos nesta equação que demonstram as más escolhas dos nossos gestores e políticos, e que servem para exemplificar o dualismo do título acima.

Quem integra a comunidade da Uerj, seja como aluno, professor ou servidor, sabe que lá sempre se viveu sem conforto e com estrutura e recursos restritos, dependendo-se, sobretudo, da dedicação acadêmica e do altivo espírito do seu corpo docente e de servidores.

Diante de uma crise financeira da magnitude como a que estamos vivendo, providências básicas como a diminuição de gastos e priorização do necessário, em detrimento do supérfluo, é o caminho óbvio que qualquer um com bom senso buscaria trilhar. E, no serviço público, como em regra não se pode demitir ou reduzir a remuneração, o mínimo que se esperaria do gestor seria não contratar novos servidores e nem aumentar o salário dos demais, buscando-se estimular e maximizar a utilização do pessoal já existente.

Mas, tristemente, não é o que se vê na Uerj. A prioridade não está no pagamento a bolsistas, servidores, docentes e na valorização da educação, mas sim no atendimento de interesses particulares.

Em agosto de 2016, já decretado o estado de calamidade financeira, a Alerj aprovou a Lei nº 7.423, que altera o plano de carreira dos professores da Uerj, diploma que traz uma série de promoções aos docentes, cujos efeitos financeiros se darão a partir de julho deste ano. Internamente, revela-se uma luta pela sua urgente regulamentação, para que os professores ascendam automaticamente em sua titulação acadêmica, massageando seus egos e conta bancária. Tudo a despeito de a Uerj estar sem aulas há muitos meses. Seria este o verdadeiro sentido de “valorizar o professor” na circunstância em que nos encontramos?

Outra absurda situação é a atual condução de diversos concursos públicos para provimento de vaga de professores titulares com carga horária máxima (40 horas), apesar de haver norma estadual proibindo-os em razão da crise. Além dos gastos com os próprios concursos, sobretudo os de passagens aéreas e hospedagem para os integrantes das bancas que vêm de universidades de outros estados, a folha de pagamentos seguirá no sentido oposto ao

dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, em um estado que já ultrapassou em 20% o limite máximo legal para despesas de pessoal. Aliás, não há dinheiro para o pagamento dos salários e bolsas na Uerj, mas há para custear os novos gastos desses concursos?

Os inúmeros eventos e manifestações em solidariedade à Uerj e contra a sua indigente situação são mais do que valiosos, mas devem apresentar soluções factíveis e não podem servir apenas de palco para o populismo. Está na hora de os dirigentes uerjianos perceberem que o aluno e a educação são *res publica* (coisa pública) e que a responsabilidade fiscal é uma lei, e não mero aconselhamento; e o governo do estado entender que a Constituição estabelece que a educação, assim como a saúde, são prioridades em uma sociedade que pretende o mínimo bem-estar dos seus integrantes.

*Marcus Abraham é desembargador e professor da Uerj.*

## **Texto 9**

### **Qualidade é resposta à crise na Uerj**

Encarar a promoção na carreira universitária como gasto, e não como investimento, é um erro primário, quando se tem por objetivo melhorar o ensino

**POR EGBERTO GASPAR DE MOURA / KENNETH CAMARGO - 28/03/2017**

Em tempos de crise financeira, costuma-se medir tudo por parâmetros meramente monetários. Isto é uma visão estreita, que acaba agravando crises, em vez de solucioná-las. Um exemplo desse tipo de raciocínio equivocado foi o artigo do desembargador e professor da Uerj Marcus Abraham, publicado no GLOBO, em relação à carreira acadêmica, em especial ao acesso ao cargo de professor titular, talvez como reflexo do seu pouco tempo na instituição.

Encarar a promoção na carreira universitária como gasto, e não como investimento, é um erro primário, quando se tem por objetivo melhorar a qualidade do ensino, a abrangência de quem se beneficia dele, o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e os serviços prestados à comunidade.

A carreira universitária é árdua e depende de uma série de etapas de formação a serem cumpridas. Quem se dedica a ela tem que fazer, além do curso superior, mestrado, doutorado, alguns anos de pós-doutoramento e, só depois disso, consegue disputar concursos cada vez mais concorridos, nas poucas universidades públicas, onde se concentra grande parte da atividade de pesquisa desenvolvida no país.

O recém-contratado tem como porta de entrada a posição de professor adjunto, a qual exige, no mínimo, o título de doutor, já que só em condições excepcionais concursos são abertos em instituições públicas na categoria de professor assistente. Como adjunto, o professor pode galgar mais uma categoria em sua carreira, através de avaliação interna, que é a de professor associado. O ápice da carreira, professor titular, tem duas formas de acesso:

- 1 — Através de concurso público;
- 2 — através de promoção interna de associado para titular.

As duas formas exigem uma avaliação da carreira acadêmica por banca constituída de cinco professores titulares, a maioria deles de fora da instituição do candidato. Não existe, portanto, “ascensão automática”. Além disso, esse processo já vem acontecendo nas universidades federais e, recentemente, a Uerj conseguiu a aprovação, pela Alerj, da Lei nº 7.423, de 24 de agosto de 2016, que instaura a promoção.

A Uerj apresenta um número muito pequeno de professores titulares (2,5% do total de docentes), o que, além de desincentivo ao profissional, reflete negativamente na avaliação

externa da universidade — a qual tem galgado, apesar de toda a crise econômica do estado, posição de destaque em avaliações no Brasil e no exterior.

É óbvio que o dispêndio adicional na promoção é menor do que a criação de uma nova vaga, pois a diferença salarial entre o professor associado e o titular é de apenas 10% no salário bruto. E apenas uma fração reduzida do corpo docente da universidade estará habilitada a pleitear a promoção a titular. Por outro lado, sem essa possibilidade, a aposentadoria precoce de uma parte dos docentes impactará ainda mais os cofres do Rio Previdência.

*Egberto Gaspar de Moura é sub-reitor de pós-graduação e pesquisa da Uerj, e Kenneth Camargo é diretor de pesquisa da Uerj*

## **Texto 10**

### **Por um novo modelo para financiar a universidade**

A crise da Uerj revela não apenas a falência do Estado do Rio, mas também de um modelo de financiamento da universidade no Brasil.

Portanto, há duas coisas a fazer. A primeira é ter um plano emergencial para salvar uma das principais universidades do país, pioneira na implantação de um sistema de cotas que vai mudar a vida da próxima geração. Na área do direito, por exemplo, a produção acadêmica da Uerj é a mais relevante do país. Também na medicina ela tem sido referência de qualidade. E em muitas outras áreas.

Em segundo lugar, precisamos reunir as melhores cabeças do país e, talvez, uma consultoria internacional, para repensarmos o sistema público de ensino superior em geral.

Precisamos conceber uma universidade que seja pública nos seus propósitos, mas autossuficiente no seu financiamento. Que saiba gerar seus próprios recursos, que saiba atrair filantropia, que tenha contribuição de ex-alunos. Que tenha uma dotação inicial relevante (*endowment*), com gestão financeira e pedagógica profissional e despolitizada. O orçamento público tem de ser, prioritariamente, para ensino fundamental e médio. A universidade brasileira vai ter que aprender a viver com recursos próprios, só contando com dinheiro alguns projetos específicos.

Nessa linha, devemos ver os diferentes formatos praticados no mundo, estudando as universidades de sucesso nos diferentes países. E adotar um que sirva para o Brasil. Na medida em que a universidade se torne autossuficiente, ela deverá recrutar professores em todo o mundo, com aulas em português, inglês e espanhol. Não há país verdadeiramente desenvolvido sem instituições de ensino superior de ponta. Estamos atrasados e com pressa.

*O ministro Luis Roberto Barroso, do STF, estudou na Faculdade de Direito da Uerj de 1976 a 1980. Desde 1982, é professor da faculdade, sendo que desde 1995 é professor titular. Todas às sextas-feiras, dá aula na Uerj nos cursos de graduação e pós.*

## **Texto 11**

### **Crise na Uerj reacende debate sobre universidade gratuita**

As dificuldades financeiras de estados abalam instituições de ensino público, e assim estimulam a que elas encontrem novas fontes de financiamento

#### **Editorial**

Como qualquer instituição dependente do Tesouro fluminense, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) está em séria crise financeira. Caso fiscal mais crítico na Federação, o estado atrasa repasses para a universidade e esta fica impossibilitada de manter em dia salários de servidores, terceirizados ou não, assim como não consegue arcar com uma série de despesas típicas de um grande centro de ensino superior — laboratórios, bolsas etc. O hospital da universidade, o Pedro Ernesto, de excelência, não escapa da falta de dinheiro.

Inevitável voltar a discutir o tema incandescente da necessidade de alunos de universidades públicas que tenham renda suficiente passem a pagar pelo ensino. Goste-se ou não, recoloca-se a contradição: filhos de famílias de renda mais alta, por terem uma formação escolar melhor, pois vêm de escolas particulares, ocupam proporção maior das vagas no vestibular e, assim, entram em universidades gratuitas.

Já o estudante de renda baixa, egresso de escolas públicas, de nível em geral inferior, não passa no vestibular da universidade gratuita e termina obrigado a pagar a um estabelecimento de ensino superior privado — em que o ensino, com exceções, é de qualidade baixa.

É indiscutível que este se trata de um mecanismo perverso de concentração de renda, estranhamente defendido por forças autoproclamadas “progressistas”. Argumenta-se que há cotas raciais e cuidados em dar mais competitividade a egressos do ensino público. Mas, numa crise fiscal destas proporções, a única alternativa para compensar a falta de dinheiro público são recursos privados. Como os obtidos na cobrança de mensalidades a quem pode pagá-las. Um ato de justiça social.

O debate voltou aquecido por um artigo publicado no GLOBO pelo ministro do Supremo Luís Roberto Barroso, ex-aluno da Uerj, do corpo docente da universidade a partir de 1982, professor titular desde 1995. Diante da debacle que conhece de dentro, e com a experiência de professor, Barroso defende “uma universidade que seja pública nos seus propósitos, mas autossuficiente no seu financiamento”. É claro que apenas a cobrança de alunos que podem pagar não consegue cobrir todos os custos de um campus. Luiz Roberto Barroso — que não trata no artigo, abertamente, do fim da universidade gratuita para todos — cita a

necessidade de se explorar a filantropia, com o recebimento de doações de ex-alunos, recursos a serem administrados de forma “profissional e despolitizada”.

No ensino superior público há, ainda, várias experiências bem-sucedidas de prestação de serviços a empresas, outra fonte de recursos. Uma barreira a isso é a distorcida politização de universidades públicas. A esperança é que a crise amadureça os espíritos. A maior parcela do dinheiro público, defende Barroso, e com razão, deve ser para o ensino básico.